

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Moisés Savian

**A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR  
DE PONTE ALTA-SC**

Florianópolis  
2011



**Moisés Savian**

**A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR  
DE PONTE ALTA-SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Nazareno de Campos

Florianópolis  
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

S267a Savian, Moisés  
Agricultura familiar e sucessão geracional em Ponte Alta -  
SC [dissertação] / Moisés Savian ; orientador, Nazareno José  
de Campos. - Florianópolis, SC, 2011.  
102 p.: il., grafs., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de  
Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Propriedades familiares - Ponte Alta  
(SC). 3. Migração rural-urbana. 4. Agricultura - Rendimento do  
capital. 5. Juventude rural. I. Campos, Nazareno José de.  
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

**Agricultura Familiar e Sucessão Geracional em  
Ponte Alta-SC.**

**Moisés Savian**

Essa Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final  
para obtenção de título de

**MESTRE EM GEOGRAFIA**

Área de Concentração: **Desenvolvimento Regional  
e Urbano**

**Banca Examinadora**

Dr. Nazareno José de Campos – Orientador – GCN/UFSC

Dr. Ademir Antonio Cazella – UFSC

Dr. João Fert Neto – UDESC

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Magaly Mendonça  
Coordenadora do PPGGeo/UFSC

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2011



## AGRADECIMENTOS

À universidade pública brasileira, que possibilitou a realização deste curso de pós-graduação, gratuito e de qualidade. À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pelo acolhimento e pela oportunidade. Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia pelos ensinamentos, em especial ao Professor Nazareno José de Campos pela orientação, pelas conversas e por toda a dedicação e empenho para que este trabalho fosse desenvolvido.

À Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), por contribuir para este projeto. Aos professores e colegas agradeço as sugestões e conversas que tivemos, em especial aos professores João Fert Neto, Cleimon Dias e David José Miquelluti.

Ao professor Clécio Azevedo (CFH/UFSC) e ao pesquisador Luis Carlos Mior (EPAGRI) pelas valiosas contribuições oportunizadas no exame de qualificação, e aos Professores Ademir Cazella e João Fert Neto pelas sugestões e correções apresentadas na defesa deste trabalho. Ao companheiro de longa data e outras empreitadas Felipe José Comunello, agradeço as conversas e as indicações bibliográficas.

As pessoas de Ponte Alta, a Prefeitura Municipal, a Secretaria de Agricultura, EPAGRI, CIDASC e o Programa Microbacias. As lideranças e agricultores das comunidades de Cerro Verde (I e II) e Ponte Altinha, que me acolheram com muito carinho.

À minha família, meus pais Messias e Marilene, e meus sogros Julio e Hígia, pelo apoio e atenção recebidos neste período. À minha amada esposa e companheira Gabi por todo o apoio recebido, pela preciosa leitura e sugestão que fez para a melhoria desta dissertação.

À todos, que de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho.

“As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir”

(Milton Santos, 1999)



## RESUMO

A agricultura familiar tem sido evidenciada na sociedade brasileira a partir da década de 90, e diversos estudos têm verificado limitações ao desenvolvimento e à reprodução social desta categoria. Para contribuir com o entendimento das questões que dizem respeito à atualidade da agricultura familiar, este trabalho teve como objetivo avaliar as possibilidades de sucessão geracional da agricultura familiar, com ênfase nas influências da renda neste processo, a partir de um estudo de caso em comunidades rurais do município de Ponte Alta, Santa Catarina. A metodologia do trabalho contou com visitas exploratórias e entrevistas não-diretivas na primeira etapa, mapeamento das famílias e aplicação de questionários na segunda. Constatou-se que as 41 famílias estudadas possuem 102 filhos, dos quais 28,4% residem no rural. Dos que residem na localidade, metade é menor de 14 anos, e dos demais, dois terços desejam ser agricultores. Quanto às possibilidades de sucessão, 50% dos pais acreditam que tem filhos com interesse em permanecer no campo, enquanto 36% reconhecem que ninguém ficará. Acredita-se que a renda obtida pela família é um fator importante na sucessão geracional, entretanto não é o único fator, pois as decisões e ações dos jovens rurais buscando atender expectativas econômicas não obedecem os caminhos da maximização econômica, mas estão em grande medida relacionadas com os possíveis ganhos econômicos, contando com o desejo por determinadas condições de trabalho, sociabilidade, posição social, autonomia e realização profissional. Por fim, o panorama das comunidades apresenta a possibilidade de reprodução geracional de uma parte das unidades de produção, mas também, perspectivas de ampliação do abandono do campo pelas jovens, o envelhecimento da população rural e a ampliação das áreas de silvicultura, especialmente pinus e eucalipto. Estas mudanças podem levar à diminuição da atividade econômica do município, redução da densidade demográfica no rural, transformação da paisagem e alterações no tecido social rural.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, sucessão geracional, renda e juventude rural.

## ABSTRACT

Family farming has been evidenced in Brazilian society since the 90's, and several studies have found limitations to development and social reproduction in this category. To contribute to the understanding of the issues that concern the actuality of family farms, this study aimed to evaluate the potential for generational succession of family farming, with emphasis on the influences of income in the process, from a case study in rural communities the city of Ponte Alta, Santa Catarina. The methodology of the work relied in the first step on exploratory visits and non-directive interviews, and in second mapping of families and questionnaires. It was found that the 41 families studied have 102 children, of whom 28.4% live in rural areas. Of those residing in the communities, half are under 14 years, and the remaining two-thirds want to be farmers. The possibilities of succession, 50% of parents believe that children have some interest in staying on the field, while 36% recognize that no one will. It is believed that the income obtained by the family is an important factor in the generational succession, however is not the only factor, since the decisions and actions of rural youth seeking to meet the economic expectations do not follow the ways of maximizing economic, but are largely related with the possible economic gains, with the desire for certain working conditions, social life, social status, autonomy and job satisfaction. Finally, the panorama of communities introduces the possibility of generation reproduction of part of the production units, but also prospect for expansion of abandoning the field for the young, the aging rural population and the expansion of the areas of forestry, especially pine and eucalyptus. These changes can lead to reduced economic activity in the city, reducing the population density in rural transformation of the landscape and changes in rural social fabric.

**Keywords:** Family Agriculture, Generational Succession, Economic Development, Rural Youth.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Santa Catarina com destaque para o município de Ponte Alta e a região da Serra Catarinense .....	33
FIGURA 2: Municípios que compõe a Serra Catarinense .....	35
FIGURA 3: Localização do Município de Ponte Alta em Santa Catarina, com detalhamento das estradas interurbanas e hidrografia .....	50
FIGURA 4: Mapa de localização das comunidades rurais de Ponte Alta/SC.....	59
FIGURA 5: Proximidade entre as casas da comunidade rural Cerro Verde I.....	61
FIGURA 6: Mapa de localização das casas nas comunidades rurais estudadas, em Ponte Alta/SC .....	62

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1: Percentual dos estabelecimentos agropecuários da Serra Catarinense do total do Estado segundo estratos de área .....41

GRÁFICO 2: Local de residência dos filhos dos agricultores .....64

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: População total pelos Censos de 2000 e 2010 com a variação populacional do período.....	34
TABELA 2: População e o Valor Adicionado a Serviços da Serra Catarinense .....	37
TABELA 3: PIB total e Agropecuário dos municípios da Serra Catarinense .....	38
TABELA 4: Propriedade individual da terra na Serra Catarinense: número de estabelecimentos, área total e área média por estabelecimento .....	40
TABELA 5: Número de estabelecimentos agropecuários segundo estratos de área por abrangência geográfica: Estado e Região .....	41
TABELA 6: Número de Bovinos por municípios da Serra Catarinense .....	43
TABELA 7: Pecuária da Serra Catarinense e a participação desta na produção estadual.....	44
TABELA 8: Extração Vegetal e Silvicultura na Serra Catarinense e a participação na produção de Santa Catarina.....	46
TABELA 9: Área plantada e valor de produção das lavouras temporárias na Serra Catarinense .....	47
TABELA 10: Área plantada e valor de produção das lavouras permanentes na Serra Catarinense.....	48
TABELA 11: Número de estabelecimentos agropecuários e tamanho da área, com relação à condição legal do produtor .....	51
TABELA 12: Categorias de utilização da terra: número de estabelecimento e a área.....	53
TABELA 13: Lavoura temporária em Ponte Alta e a participação na área regional da cultura .....	54

## LISTA DE SIGLAS

ACARESC – Associação Catarinense de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina  
AMURES – Associação dos Municípios da Região Serrana  
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural  
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICEPA – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola  
LAC – Levantamento Agropecuário Catarinense  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
ONG – Organização Não Governamental  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PIB – Produto Interno Bruto  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
VAP – Valor Adicionado a Agropecuária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1. A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR</b> .....	<b>9</b>
1.1 QUEM É O AGRICULTOR FAMILIAR?.....	10
1.2 A SUCESSÃO GERACIONAL COMO A EXISTÊNCIA DE UMA NOVA GERAÇÃO DE AGRICULTORES .....	15
1.3 ENTRE O CAMPO E A CIDADE: ANALISANDO A DECISÃO E A AÇÃO DO JOVEM RURAL .....	17
<b>1.3.1 As condições que o espaço impõe a decisão e ação</b> .....	<b>20</b>
1.4 AS INFLUÊNCIAS DA RENDA OBTIDA NA DECISÃO E AÇÃO DOS SUCESSORES.....	23
<b>2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA SERRA CATARINENSE E A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR</b> .....	<b>29</b>
2.1 FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA SERRA CATARINENSE	30
2.2 O USO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: A ATUALIDADE DAS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS.....	32
2.3 A ECONOMIA RURAL REGIONAL E A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR .....	39
<b>3. A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR EM PONTE ALTA</b> .....	<b>49</b>
3.1 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PONTE ALTA .....	52
3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	55
3.3 AS COMUNIDADES RURAIS DE PONTE ALTA.....	58
3.4 A AGRICULTURA FAMILIAR NAS COMUNIDADES DE PONTE ALTINHA, CERRO VERDE I E II .....	60
3.4.1 <b>A família e o responsável pelo estabelecimento</b> .....	<b>63</b>
3.4.2 <b>Equipamentos do lar, de comunicação e de mobilidade</b> .....	<b>65</b>
3.4.3 <b>Atividade econômica dos estabelecimentos</b> .....	<b>65</b>
3.4.3.1 Produção e comercialização agropecuária.....	66
3.4.4 <b>A sucessão geracional</b> .....	<b>68</b>
3.4.4.1 Os jovens rurais e a sucessão geracional.....	71

3.5 A IMPORTÂNCIA DA RENDA PARA A SUCESSÃO GERACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA.....	73
3.6 A AUSÊNCIA DE SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM NOVO SIGNIFICADO PARA O ESPAÇO RURAL?.....	76
3.7 AS IMPLICAÇÕES DA AUSÊNCIA DE SUCESSÃO GERACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O MUNICÍPIO DE PONTE ALTA.....	78
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>87</b>
<b>APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO AO RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO.....</b>	<b>94</b>
<b>APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CANDIDATOS A SUCESSÃO.....</b>	<b>99</b>



## INTRODUÇÃO

Nos quatro primeiros séculos após a chegada dos portugueses ao Brasil a estrutura de exploração da agricultura esteve baseada na concentração fundiária, no monocultivo (especialmente cana-de-açúcar e café) e na força de trabalho escrava. Neste período a produção agrícola hegemônica era comercializada nos mercados internacionais, favorecendo os colonizadores e a elite agrária do país. Por outro lado, existiam milhares de pequenos agricultores que sobreviviam de uma produção diversificada destinada à subsistência da família e ao abastecimento de mercados locais.

Durante o período imperial (1822-1889) foram criadas as primeiras condições favoráveis ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, com destaque para a institucionalização da propriedade privada da terra, através da Lei de Terras de 1850 e a produção de uma massa de trabalhadores livres, a partir das imigrações de trabalhadores europeus e da abolição da escravatura.

A ocupação do território brasileiro resultou, predominantemente, na apropriação da terra na forma da grande propriedade<sup>1</sup>, com algumas diferenças regionais. Este tema é trabalhado por Prado Júnior (1987), que aponta a existência de áreas com terras menos concentradas, como em zonas do Espírito Santo e nos estados do sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

O desenvolvimento de novas tecnologias no século XX voltadas à indústria moderna, ao serem apropriadas pela agricultura, possibilitaram a expansão das áreas agrícolas pelo território nacional<sup>2</sup>. A maquinaria radicalizou a ação do homem na natureza. Para Marx (1984,

---

<sup>1</sup> No recenseamento de 1950 os estabelecimentos agropecuários menores de 100 hectares representavam 85% do número total de estabelecimentos e 17% da área ocupada, enquanto que os estabelecimentos maiores de 200 hectares representavam 9% dos estabelecimentos e 75% da área recenseada. (PRADO JUNIOR, 1987, p.18)

<sup>2</sup> Santos e Silveira (2001, p. 118-135) expõem sobre a modernização no campo e no Brasil como um todo, avaliando como esta influenciou na ocupação de grandes áreas agrícolas, através da expansão da fronteira agrícola para o centro-oeste do país. Segundo o autor, “inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra”.

p. 866) a utilização das tecnologias da indústria moderna no campo proporcionou a base sólida para a agricultura capitalista.

O processo de modernização da agricultura reduz a necessidade de trabalho humano. A expropriação dos habitantes do campo descola-os da fonte de sua reprodução social, a terra. Assim, na cidade, os agricultores transformam-se em trabalhadores, vendendo sua força de trabalho para sobreviver e adquirindo mercadorias necessárias a sua sobrevivência, ampliando o mercado interno<sup>3</sup>.

Neste processo os pequenos agricultores foram pouco privilegiados no acesso às políticas governamentais com vistas à modernização, ao uso do capital e das tecnologias de produção. Na avaliação de Brandenburg (2005), existia no discurso uma perspectiva de um progresso social e econômico das categorias produtoras, que de fato, resultou num processo de exclusão sem precedentes.

No desenvolvimento histórico brasileiro pouco se fez na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar<sup>4</sup>. Segundo Carneiro (1997), este agrupamento social e sua base fundiária, a pequena propriedade, foi há décadas relegada a um segundo plano e até mesmo esquecida pelo Estado, sobrevivendo em meio à competição de condições e recursos orientados para a grande propriedade.

Na atualidade a agricultura familiar é evidenciada e entendida por algumas abordagens como central no desenvolvimento rural. A defesa do potencial da agricultura familiar está fundamentada na visão de que ela é à base da agricultura nos países desenvolvidos<sup>5</sup> e que é necessário dar condições aos agricultores para que o desenvolvimento ocorra<sup>6</sup>. Fortalecendo esta compreensão destaca-se a argumentação de

---

<sup>3</sup> Segundo Marx (1984, p. 865) a expropriação e a expulsão de partes da população rural **cria** o mercado interno. (*grifos nosso*).

<sup>4</sup> O conceito de agricultura familiar será discutido no Capítulo 1.

<sup>5</sup> JULGMANN (2000, p. 2), “Sem exceção, todos os países desenvolvidos têm na agricultura familiar um sustentáculo do seu dinamismo econômico e de uma saudável distribuição da riqueza nacional.”

<sup>6</sup> ABRAMOVAY (1999, p. 13) “O principal desafio para que as unidades familiares de produção agropecuária convertam-se na base do desenvolvimento rural está em que elas possam dotar-se dos meios que lhes permitam participar de mercados dinâmicos, competitivos e exigentes em inovações.”

que estes são responsáveis pela maior parte do abastecimento do mercado interno, que apresentam significativo número de estabelecimentos e número de pessoas ocupadas, que contribuem para o desenvolvimento econômico<sup>7</sup> possuindo perspectivas de ganhos significativos na produção de alimentos e renda com pequenos investimentos<sup>8</sup>. Destaca-se também a diversidade das unidades de produção familiar, a capacidade de adaptação<sup>9</sup> e a importância na melhoria da qualidade de vida da população rural<sup>10</sup>.

Baseado neste entendimento, o estado tem criado políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Esta reação do estado foi construída a partir de um movimento sincronizado conjugado dos fatores sociais, políticos e intelectuais (SCHENEIDER, 2006, p.7). O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1995, busca contribuir com o desenvolvimento da categoria através de ações ligadas ao crédito, infra-estrutura, capacitação e organização do setor. Informações oficiais afirmam que ao longo de 13 anos, ampliou-se de 150 mil contratos e R\$ 350 milhões emprestados a agricultores familiares para mais de 1,6 milhões de operações e R\$ 8,4 bilhões aplicados (dados da safra 2006/2007).<sup>11</sup>

Somam-se ao PRONAF outras políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), seguro agrícola, garantia de renda, comercialização agrícola, entre outras, estando estas articuladas em um plano denominado “Plano Safra Mais Alimentos da Agricultura Familiar”.

Destaca-se neste plano o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que consiste na compra de alimentos provenientes da agricultura

---

<sup>7</sup> GUILHOTO *et. al.* (2005) “O segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas a ela interligadas responderam, em 2005, por 9,0% do PIB brasileiro”.

<sup>8</sup> INCRA/FAO (2000, p.16) “Os agricultores familiares demonstraram ser mais eficientes no uso do crédito rural que os agricultores patronais, pois produzem mais com menos recursos do crédito rural.”

<sup>9</sup> DA SILVA (1999, p. 161) “A realidade multiforme desta forma de produção é resultante da sua capacidade de adaptação aos diferentes ambientes históricos e conjunturais.”

<sup>10</sup> Dados do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola (ICEPA, 2005) apontam para um total de 180 mil unidades de produção familiares em Santa Catarina, representando mais de 90% da população rural, ocupando 41% da área total dos estabelecimentos sendo responsável por mais de 70% do valor da produção agrícola e pesqueira do estado.

<sup>11</sup> Consulta ao site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf>>. Acesso em: janeiro de 2011.

familiar com recursos do governo federal. Os alimentos adquiridos são distribuídos para brasileiros em situação de vulnerabilidade alimentar. Segundo MDS<sup>12</sup>, esta a política foi criada em julho de 2003 e até julho de 2009 haviam sido investidos cerca de 2,2 bilhões de reais, beneficiando aproximadamente 113 mil famílias de agricultores e milhões de pessoas que tiveram acesso à alimentação.

Além das políticas nacionais, os governos estaduais têm desenvolvido ações para a agricultura familiar. Em Santa Catarina, segundo Altmann *et. al* (2003, p. 37), existiam 11 programas estaduais<sup>13</sup> de apoio ao desenvolvimento do espaço rural, com objetivo de criar oportunidades de trabalho e renda para os agricultores e pescadores.

As políticas públicas criadas à partir 1990 surgem com objetivo de criar perspectivas para os agricultores familiares buscando minimizar o processo de abandono do campo ocorrido a partir do desenvolvimento urbano e industrial brasileiro. A criação destas políticas pode ser entendida também como o atendimento do estado a um agrupamento social, a agricultura familiar, que se torna portador de direitos, fomentando o seu potencial e contribuindo para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Entretanto, mesmo com a criação e ampliação das políticas públicas para os agricultores familiares, diversos estudos têm verificado limitações ao seu desenvolvimento e reprodução. As limitações estão centradas nas dificuldades de produção (acesso a tecnologia, custo dos insumos, problemas ambientais, entre outras) e comercialização (especialmente inserção no mercado e os preços baixos pagos aos produtos agrícolas), influenciando na obtenção de renda<sup>14</sup>. Quanto a reprodução geracional, verifica-se dificuldades principalmente pelo número reduzido de jovens em condições e/ou interessados pela

---

<sup>12</sup> Consulta ao site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: dezembro 2010.

<sup>13</sup> Os programas são: troca-troca, plano diretor da propriedade rural, pró-jovem rural, promoção do agronegócio, florestas catarinenses, acesso à terra e aos meios de produção, cooperativas e associações, recursos naturais e saneamento rural, auto-suficiência em milho, defesa agropecuária e qualidade, e por fim, pesquisa e extensão rural. Para maiores informações ver ALTMANN, R. (2003 p. 37-39)

<sup>14</sup> INCRA/FAO (2000, p. 36) destaca a diversidade de renda no interior da agricultura familiar, portanto as limitações na conquista da renda não é a realidade de todas as unidades de produção familiares.

sucessão do comando das unidades de produção. Consta-se os obstáculos para que todas as unidades da agricultura familiar possam ser base do desenvolvimento rural.

Para sobrepor as dificuldades, os agricultores desenvolvem rearranjos produtivos e organizacionais que viabilizam sua reprodução social. Evidenciada nos estudos contemporâneos, a pluriatividade é defendida como uma estratégia de reprodução. Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002, p. 54), classificaram como pluriativas “as famílias nas quais pelo menos um membro exerceu ocupação agrícola e outro, não-agrícola; ou, ainda, quando pelo menos um dos membros declarou dupla atividade”.

O agricultor pluriativo faz agricultura em tempo parcial, pois parte do seu tempo ele dedica a outras atividades, criando outros vínculos de apropriação da riqueza. A existência de trabalho não-agrícola no campo era apontada por Marx (1984, 866) afirmando que a manufatura produz uma nova classe de pequenos lavradores, para os quais o cultivo do solo é a atividade acessória, sendo a principal o trabalho industrial.

Marin e Correa (2005) analisam a pluriatividade afirmando que esta é uma estratégia utilizada por produtores que já não encontram condições de sobrevivência somente com atividades agrícolas. A utilização do termo “estratégia” pode levar ao entendimento de uma ação planejada ou calculada, entretanto, acredita-se, neste caso, que a pluriatividade se configure em uma “alternativa”, buscada pelo insucesso nas atividades agropecuárias.

No entanto, a pluriatividade não é um fenômeno exclusivo das famílias com dificuldades na produção agrícola, podendo ser uma forma de ampliar a renda das famílias. Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002, p. 56) concluíram que as famílias agrícolas tiveram sempre uma renda média per capita inferior à das pluriativas.

Além da pluriatividade, as aposentadorias, o associativismo, a agregação de valor, as estratégias comerciais, entre outras, são apontadas como alternativas para a permanência dos agricultores no campo. A aposentadoria, segundo Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002, p. 57), é o fator que mais influenciou para

estabilização da renda da agricultura familiar na década de 90, compensando a significativa queda nas rendas agrícolas.

O contexto no qual a agricultura familiar sobrevive em meio à promoção de políticas públicas e as dificuldades de reprodução, Ferreira (2002) avalia que no Brasil as ações governamentais de apoio a agricultura familiar são, em geral, mais restritas do que na Europa e na América do Norte. Se as políticas públicas se ampliarem no sentido de fortalecer as atividades econômicas na agricultura familiar contribuirão para sua reprodução social? Auxiliarão na sucessão geracional? Afinal, o que é importante para a agricultura familiar reproduzir-se socialmente?

A reprodução social pode ser entendida, *grosso modo*, como uma série de condições para que a categoria possa continuar existindo. Diversas podem ser as justificativas que mantêm os agricultores familiares no campo, como uma cultura ligada à permanência na terra, o desejo de permanecer no lugar de origem, opção de vida familiar, rentabilidade econômica, manutenção do patrimônio, entre outros. Entretanto, neste trabalho, acredita-se que é fundamental para a reprodução social da agricultura familiar a atividade econômica e a sucessão geracional.

Com base nesta reflexão, na observação empírica e na revisão bibliográfica<sup>15</sup>, verificou-se a existência de associação entre a atividade econômica das famílias e a reprodução geracional. Permanece a dúvida sobre: como as rendas obtidas e sucessão geracional se relacionam na reprodução social da agricultura familiar. Este trabalho tem como objetivo contribuir para o entendimento desta questão.

Para o seu desenvolvimento foi realizado um estudo de caso nas comunidades rurais de Ponte Altinha e Cerro Verde I e II, do município de Ponte Alta, Santa Catarina. Neste, buscou-se avaliar a importância do desenvolvimento econômico da unidade de produção familiar, na decisão dos jovens de permanecer ou não no rural, bem como relacionar as perspectivas de sucessão geracional nas unidades de produção da

---

<sup>15</sup> Destaca-se Mello *et. al.* (2003), Carneiro (1998), Abramovay (1998) e Altmann (2003). Este tema é aprofundado no Capítulo 1.

agricultura familiar e analisar os aspectos considerados pelos possíveis sucessores para permanecer ou não na unidade familiar.

O desenvolvimento do trabalho de campo foi dividido em duas fases<sup>16</sup>. A primeira denominada de visitas exploratórias teve como objetivo conhecer a realidade local, através de três visitas ao município, nas quais ocorreram entrevistas não diretivas com técnicos ligados a órgãos públicos locais. Nesta etapa obteve-se uma descrição das comunidades rurais com ênfase à presença de agricultores familiares e possibilidade de sucessão, criando condições positivas para o desenvolvimento do trabalho com a relação institucional. As comunidades selecionadas para o estudo de caso foram definidas nesta etapa. Realizou-se também participação nos espaços de interação comunitária (encontros religiosos, reuniões e festas), buscando o contado direto com a comunidade e a observação direta dos sujeitos e da paisagem.

A segunda fase compreendeu a coleta de dados. Em um primeiro momento foi realizado o mapeamento das comunidades relacionando o número de casas e famílias, também relacionou-se o número total de filhos dividindo-os em: jovens residentes, menores de 14 anos e filhos não residentes. Este mapeamento foi realizado por meio de entrevista a duas lideranças comunitárias, e como objetivo de conhecer a composição das famílias e orientar os questionários posteriormente aplicados.

Foram elaborados dois questionários semi-estruturados, um destinado ao responsável pelo estabelecimento rural e outro direcionado ao sucessor ou candidato a sucessão. No primeiro buscaram-se aspectos da estrutura familiar (número de filhos, idade, escolaridade, ocupação atual e local de residência), consumo doméstico, estrutura produtiva e aspectos da comercialização, fontes de informação e mecanismo de comunicação, rendas não-agrícolas e informações relacionadas à sucessão geracional. No segundo questionário buscou-se levantar aspectos da gestão do estabelecimento, divisão e remuneração do trabalho, análise da condição atual e perspectivas futuras dos jovens e experiências urbanas. Foram aplicados quatorze questionários aos

---

<sup>16</sup> A metodologia utilizada na pesquisa encontra-se detalhada no Capítulo 3.

responsáveis e nove questionários aos sucessores ou candidatos a sucessão.

Para melhor compreensão foi realizado um levantamento de dados secundários dos dezoito municípios da Serra Catarinense<sup>17</sup>, tentando elucidar o contexto social e econômico em que a agricultura familiar está inserida bem como a compreensão da dinâmica regional e dos fluxos de mercadorias e pessoas. Esta medida foi necessária para compreender o conjunto de relações sócio-espaciais nas quais as unidades da agricultura familiar estão inseridas.

Após organização e análise dos dados secundários e dos dados coletados a campo, elaborou-se esta dissertação, estruturada em três partes. A primeira contém uma revisão bibliográfica e reflexão teórica sobre a categoria agricultura familiar e sucessão geracional, onde analisou-se a decisão e a ação dos jovens rurais em permanecer ou não no campo, bem como as condições que o espaço geográfico impõe. Nesta discute-se ainda, as influências da renda obtida na decisão e ação dos sucessores.

Na segunda parte, avaliou-se através de dados secundários e da observação empírica da paisagem, o uso do espaço geográfico e a atualidade das dinâmicas sócio-espaciais, com objetivo de melhor compreender a inserção da agricultura familiar neste contexto. Ainda neste, através de estudos bibliográficos levantou-se aspectos da formação sócio-espacial da Serra Catarinense.

Na terceira parte encontra-se o estudo desenvolvido a campo, na qual apresenta-se a metodologia utilizada, as características das atividades econômicas da agricultura familiar e as comunidades rurais de Ponte Alta, com destaque para as comunidades estudadas. Por fim, são demonstradas as avaliações sobre a influência da renda na sucessão geracional, bem como os desdobramentos da ausência de reprodução geracional e as possíveis implicações desta para o município.

---

<sup>17</sup> O entendimento da “Serra Catarinense” bem como a justificativa da utilização deste termo encontra-se no Capítulo 2.



## 1. A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

O rural brasileiro tem enfrentado nos últimos sessenta anos um crescente processo de despovoamento, devido a mudanças significativas na estrutura da sociedade. Camarano e Abramovay (1998, p. 45) analisando o êxodo rural a partir da década de cinquenta, afirmam que a cada dez anos, um em cada três brasileiros vivendo no meio rural, opta pela emigração.

A saída dos jovens do campo é um dos grandes responsáveis pelo despovoamento do espaço rural, sendo motivados por diversos fatores. Brumer (2007, p. 36) avalia que os atrativos da vida urbana, especialmente opções de trabalho e remuneração funcionam como fatores de atração para a cidade, enquanto as dificuldades da atividade agrícola são fatores de expulsão do campo. Em estudo na região oeste de Santa Catarina, Badalotti *et. al.* (2007, p.1) afirma que “o que se contata na região – e em nível de Brasil – é o forte êxodo rural dos jovens que saem do campo em virtude do pouco investimento econômico, cultural, social e a escassez de políticas para a sua permanência no campo.”

Na agricultura familiar, a ausência de jovens coloca em risco a existência do estabelecimento, pois a falta de sucessão impossibilita a reprodução social desta categoria. Para Mello *et. al.* (2003, p.11) “os problemas envolvidos na questão sucessória parecem transformar-se numa ameaça que coloca em risco a reprodução econômica e social da agricultura familiar”.

Neste capítulo são apresentados diversos estudos que buscam compreender este tema. Elaborou-se uma perspectiva que compreende o processo de decisão e ação dos jovens rurais inseridos no espaço geográfico. Primeiramente faz-se uma análise sobre a categoria agricultor familiar e desenvolve-se avaliando a sucessão geracional como a criação de uma nova geração de agricultores. Discute-se a decisão e ação dos filhos de agricultores do ponto de vista dos seus interesses e das condições impostas pelo espaço. Por fim, avalia-se as influências da renda obtida na decisão e ação dos jovens com relação à permanência no campo.

## 1.1 Quem é o agricultor familiar?

A categoria agricultor familiar é de utilização recente na sociedade e na academia. Segundo Neves (2007, p. 211), “nos campos de estudo das ciências sociais e de construção de projetos agronômicos que se construíram ao final do século passado na sociedade brasileira, o termo *agricultura familiar* talvez raramente se fizesse presente”. A autora afirma que a partir de 1990 o termo ganha ordem de consagração. No entanto, conforme ressalva Schneider (2006, p. 7), este processo não deve ser entendido como a expressão de algo que não existia até então, mas sim uma nova denominação as formas sociais que anteriormente recebiam outras denominações segundo o contexto regional e a formação histórico-social.

Conceitualmente a categoria pode ser entendida de acordo com os critérios estabelecidos para definir quem é o agricultor familiar. Definir os critérios é importante para estabelecer quem enquadra-se na definição proposta pelo pesquisador. Em estudo comparativo realizado sob coordenação de Lamarche (1998), em diversos países, com sistemas sócio-políticos diferenciados (sociedades capitalistas avançadas, capitalistas dependentes, coletivizadas e em via de desenvolvimento) a agricultura familiar foi definida como:

*“A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração”.* (LAMARCHE, 1998a, p. 15)

Na concepção de Lamarche, a agricultura familiar é a atividade de produção agrícola em que a propriedade e o trabalho estão ligados à família. O autor enfatiza a adaptabilidade e a diversidade da categoria, sendo que a primeira característica é revelada pela situações particulares e pela manutenção da existência deste agrupamento em situações históricas e contextos socioeconômicos e políticos diferentes; a segunda definida conforme a interação com o mercado, sendo que um

determinado grau de interação no mercado corresponde a uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e representação.(LAMARCHE, 1998a, p. 13 a 19)

A significativa diversidade social na agricultura familiar ocorre, segundo Schneider (2006, p. 8), pois “não há apenas uma forma de ser das famílias”. Para o autor esta característica requer uma análise multidimensional sobre a diversidade das formas sociais familiares, sugerindo estudos sobre a organização do trabalho e da produção, dos mecanismos de construção das estratégias de interação com o ambiente social e econômico, compreendendo aos aspectos culturais e simbólicos das relações vivenciadas pelo agricultores.

O universo familiar foi definido, em estudo realizado no Brasil por INCRA (2000), a partir dos estabelecimentos que possuíam a direção dos trabalhos exercidos pelo produtor e o trabalho familiar superior ao trabalho contratado. Diferentemente de Lamarche (1998), nesta concepção também é inserido o critério tamanho da área do estabelecimento<sup>18</sup>, estabelecendo-se uma “área máxima regional” utilizada como limite superior para classificação dos agricultores como familiares.

Em Altmann *et. al.* (2003), a conceitualização perpassou pela condição do proprietário em relação à terra, natureza do trabalho (predomínio familiar frente ao contratado), tamanho da área, renda predominantemente agropecuária e a localização da residência. Assim, definem os autores (p. 7):

“Agricultor familiar é todo aquele que explora parcela de terra na condição de proprietário, assentado, posseiro, arrendatário ou parceiro, e atende simultaneamente aos seguintes quesitos: utiliza o trabalho direto seu e de sua família, podendo ter em caráter complementar, até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir; não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais,

---

<sup>18</sup> Para o cálculo da área máxima regional foram consideradas as áreas dos módulos fiscais municipais. A descrição da metodologia encontra-se em INCRA (2000, p. 11).

quantificados segundo a legislação em vigor; tenha, no mínimo, 80% da renda familiar bruta anual originada da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativista; resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.”

Comparando as abordagens conceituais, percebe-se o entendimento comum de que a categoria é definida pelos agricultores que possuem o núcleo de gestão a família e o predomínio do trabalho familiar. É importante elencar os parâmetros utilizados para definir o predomínio, ou não, de trabalho familiar, conforme realizado em INCRA (2000, p.11-12), onde foi considerado agricultor familiar quando a Unidade de Trabalho Familiar (UTF) é superior a Unidade de Trabalho Contratado (UTC), sendo utilizado para UTF o número de pessoas da família ocupadas (divididos em dois grupos, maiores e menores de 14 anos) e para UTC, o trabalho permanente, temporário e parceiros ou cotistas.

No entanto, para fins de direito e acesso às políticas públicas para a categoria, a legislação brasileira define, através da Lei da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006), os conceitos e princípios que definem e orientam as ações voltadas à agricultura familiar. No que se refere à categoria, esta lei define:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

#### IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.”

Na definição, percebe-se os critérios de gestão e trabalho familiar e tamanho da área do estabelecimento. A legislação utiliza os termos agricultor familiar e empreendedor familiar rural e define que a renda deve ser predominantemente originada das *atividades econômicas* vinculadas ao próprio estabelecimento, não limitando a atividades agropecuárias, pesqueira ou extrativista, como define Altmann *et. al.* (2003), possibilitando considerar também as atividades não-agrícolas.

Ao citar a lei não se pretende partir desta para estabelecer concepções teórico-metodológicas, mas sim compreender o marco legal no qual o Estado se baseia para “tratar” da agricultura familiar. Sua importância encontra-se, conforme bem retratou Lamarche (1998b, p. 271), para o qual “a ação legislativa, jurídica, regulamentar e institucional do estado desempenha um papel de primeiro plano na consolidação de um espaço de existência para a unidade de produção agrícola familiar.”

Diferentemente das abordagens já citadas, Neves (2007, p. 233) afirma que o “*agricultor familiar* é categoria socioprofissional e jamais pode ser compreendida como estado, pois que não tem sentido em si mesma, salvo se acolhem as reificações<sup>19</sup> que lhe dão estatuto de termo de mobilização política.” Nesta perspectiva, o agricultor familiar constitui uma categoria socioprofissional utilizada politicamente para criar direitos em torno de um agrupamento social, quando os indivíduos agindo na realidade objetiva desejam se tornar “agricultor familiar”.

O tornar-se agricultor familiar, conforme propõe Neves (2007, p.233), “deve ser compreendido como resultado de trajetórias diferentes daqueles que, por diversos interesses querem ser assim reconhecidos.” Neste sentido, a Lei da Agricultura Familiar permite serem reconhecidos também como agricultores familiares, os silvicultores, os extrativistas, empreendedores familiares rurais, aquícultores e pescadores.

---

<sup>19</sup> As reificações conforme aplicada pela autora, é quando ser “algo” é definido a partir da realidade objetiva.

O “ser agricultor familiar” passa pela significação desta categoria socioprofissional, construída através das ações de sujeitos e organizações que atuam no campo político. Analisando a Primeira Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), Bonnal e Zimmermann (2008) avaliam que um dos destaques do evento foi a reivindicação de novas identidades dentro do âmbito da agricultura familiar brasileira.

Mas afinal, quem é o agricultor familiar? Na atualidade, a agricultura familiar tornou-se um agrupamento social, utilizada pelos indivíduos e organizações a fim de criar direitos em torno deste. Entretanto, o agricultor familiar, tal como compreende-se neste trabalho, é o indivíduo que produz e se apropria da riqueza a partir das atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento rural, através do predomínio de relações sociais de produção familiares. Desta maneira, inserido no espaço geográfico, é que o agricultor familiar produz a materialidade de sua existência.

No entanto, com o desenvolvimento da sociedade passam a ganhar destaque as atividades não-agrícolas no campo. A proximidade com o urbano, juntamente com uma maior mobilidade, permitem aos agricultores dedicar parte de seu tempo na prestação de serviço, ou em ocupações assalariadas, sendo estas fontes de renda para a agricultura familiar.

Além disto, ser agricultor familiar independe da quantidade de terra em que este trabalha, visto que áreas maiores podem ser trabalhadas com atividades como a bovinocultura de corte extensiva, a qual necessita de pouco trabalho, ou então com máquinas que diminuem a necessidade de trabalho humano, podendo estas atividades serem desenvolvidas em grandes áreas contando apenas com a força de trabalho familiar. Assim, o central da agricultura familiar são as relações de produção familiares. Entretanto, é compreensível a legislação brasileira oferecer restrições a proprietários de maiores áreas visando beneficiar aqueles que no processo de desenvolvimento do país se apropriaram de menores quantidades de terra.

Determinados agricultores, proprietários de áreas maiores, que não se enquadram no limite fixado pelas políticas públicas para a agricultura familiar, estabelecem contratos de arrendamento com os

filhos para que eles acessem crédito para compra de máquinas, por exemplo. Este fato demonstra como os indivíduos buscam formas para acessar determinadas políticas públicas que a princípio não foram produzidas para eles, mas que muitas vezes criam padrões no qual a realidade objetiva não é contemplada.

Buscando analisar a realidade dos agricultores familiares, para o desenvolvimento do trabalho de campo, utilizou-se como critério para definição da categoria a existência e o predomínio de relações sociais de produção familiar.

## **1.2 A sucessão geracional como a existência de uma nova geração de agricultores**

O agricultor familiar é o indivíduo que produz e se apropria da riqueza a partir da agricultura e de atividades não-agrícolas, através do predomínio de relações sociais de produção familiares. Diversos podem ser os fatores que contribuem para a continuidade da existência destes. Para Almeida (1986), a unidade familiar se reproduz no ciclo curto ou anual no qual se combinam recursos naturais, trabalho e conhecimento para atender as necessidades de consumo da família, e no ciclo longo ou geracional que trata de como as famílias se perpetuam.

A sucessão geracional pode ser entendida como a criação de uma nova geração de indivíduos que permanecem no campo e que assumem o comando do estabelecimento, sendo a constituição de sucessores na unidade de produção familiar. Os filhos dos agricultores são os possíveis sucessores, e a permanência ou não destes no campo dependerá de condições objetivas internas e externas ao estabelecimento rural. Para Brumer (2007, p.40), a sucessão no Brasil, em geral, é endógena, ou seja, “são os próprios agricultores familiares que geram seus sucessores.”

Mello *et. al.* (2003) e Silvestro *et al.* (2001) tem utilizado o conceito de sucessão hereditária, que não destoa do conceito de sucessão geracional apresentado. Silvestro *et al.* (2001, p.29), afirma

que os objetivos de sua pesquisa foram avaliar “os principais determinantes da formação de uma nova geração de agricultores.”

O conceito de sucessão profissional também é de utilização freqüente nas pesquisas. Tratado por Spanevello e Lago (2007) como a seqüência da “profissão dos pais”, neste conceito também está presente a noção de uma nova geração, pois segundo os autores, a sucessão profissional, “é dependente da permanência de um ou mais dos filhos e filhas na propriedade, assumindo a condição de sucessor (a) na unidade de produção familiar.”

Neste trabalho, optou-se pela utilização do conceito de sucessão geracional, por entender que este processo nem sempre está ligado à transmissão de pais para filhos (sucessão hereditária) e as motivações de suceder ou não perpassam por mais aspectos que a continuidade de uma profissão (sucessão profissional). A sucessão na agricultura familiar engrena a noção de profissão, mas também de espaço e modo de vida e sociabilidades.

A sucessão geracional não se constitui em um momento, devendo ser entendida como um processo, que segundo Silvestro *et al.* (2001, p.27) baseado em Gasson e Errington (1993) e Abramovay *et al.* (1998), envolve três componentes: a transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional paterna e a retirada das gerações mais velhas do comando sobre o negócio.

A mudança do comando sobre o negócio se dá gradativamente conforme os filhos vão assumindo as atividades dos pais, que segundo Mello *et al.* (2003, p. 21), “se dá em um processo de transição em que os pais, gradativamente, vão passando determinadas tarefas e funções ao filho sucessor”. Muitas vezes, a mudança do comando ocorre quando há perda de saúde dos pais, que ficam impossibilitados de continuar a dirigir o estabelecimento.

A transferência patrimonial ocorre quando os pais transferem a propriedade da terra aos filhos, o que pode acontecer quando os pais estão vivos, ou somente com sua morte, através de processos judiciais. Quando ocorre em vida, muitos agricultores optam por manter o “usufruto” da terra, o que garante aos pais o uso desta. Existem casos em que a transferência se dá diretamente aos filhos, sem usufruto.



Segundo Brumer *et. al* (1993 apud BRUMER, 2007, p. 48), no Brasil ela usualmente ocorre em processo de herança, após o falecimento do pai predecessor.

A mudança da posse legal da terra é parte do processo de sucessão, mas não significa que a agricultura familiar continuará a ocorrer, pois a terra pode ser utilizada pelo sucessor como capital acumulado, podendo ser vendida no futuro quando esta possibilidade se apresentar interessante.

Antes da ocorrência do processo da sucessão, podemos observar as *possibilidades de sucessão*, que podem ser analisadas a partir da existência de sucessores, do interesse destes em permanecer ou não no campo e nas condições objetivas para que o interesse se concretize.

Cabe ainda, analisar *a inexistência de sucessores* no estabelecimento em determinado período. Este fato pode ser observado não como um momento definitivo da unidade familiar, mas uma condição temporária, o que segundo Castro (2005, p. 10), pode significar estratégias familiares de manutenção da terra, ou mesmo formas de se afastar da ação da autoridade paterna.

Assim, a sucessão geracional é uma condição imprescindível para a ocorrência da reprodução social da agricultura familiar, para a manutenção da população e o desenvolvimento das áreas rurais. A sua ocorrência dependerá dos jovens rurais, que inseridos no espaço geográfico, estabelecem projetos para suas vidas, nos quais a permanência no campo, ou a migração para a cidade será algo a ser decidido.

### **1.3 Entre o campo e a cidade: analisando a decisão e a ação do jovem rural**

As perspectivas de permanecer no campo ou viver na cidade são postas para os jovens, que inseridos em um contexto social, decidem e

agem. A ação de “ficar” ou “sair” é realizada segundo os interesses, propósitos, objetivos, finalidades e intenções do indivíduo, mas é influenciada pelo contexto social no qual estão inseridos. Na análise de Granovetter (2007, p.9):

“Os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais.”

A decisão dos indivíduos em permanecerem ou não no campo e o conjunto de ações necessárias para se manterem na decisão tomada, se dá inserida em um conjunto de relações sociais no qual precisamos atentar também para os objetos físicos existentes, conforme alerta Swedberg (2004, p. 26):

“Com vistas a compreender, digamos, a vida econômica de uma fábrica, não se pode apenas atentar para as relações sociais entre os trabalhadores e abstrair o restante do ambiente; é preciso também considerar os prédios, as máquinas e tudo o mais.”

Assim, percebendo as ações e objetos como um todo, podemos buscar compreender que a decisão e ação ocorrem inseridas no espaço<sup>20</sup> geográfico, o que para Santos (1999, p. 18) é definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações.

A ação é a atividade humana. Os homens agem e são levados a agir inseridos no espaço que reúne sistemas de ações indissociáveis de sistemas de objetos. A ação acontece segundo propósitos<sup>21</sup> e interesses<sup>22</sup>, resultante de “necessidades, naturais ou criadas. Essas

---

<sup>20</sup> O conceito de espaço dentro da Geografia é entendido de maneiras distintas pelas correntes de pensamento. CORRÊA (2005) apresenta excelente texto sobre este tema.

<sup>21</sup> A ação para SANTOS (1999, p. 64) “é um processo, mas um processo dotado de propósito”.

<sup>22</sup> Para Swedberg, (2004, p. 26) “os interesses devem ser incluídos na análise porque constituem as forças que dirigem o comportamento humano” (...) “São os interesses materiais e ideais, e

necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem o homem a agir” (Santos, 1999, p. 67).

Entretanto, a ação não se dá livremente, é “subordinada a normas escritas ou não, formais ou informais” (SANTOS, 1999, p. 64). O espaço geográfico impõe determinadas condições para a ação dos indivíduos:

“O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de “viver bem”. ”(Santos, 1999, p.45)

A ação leva à construção e à transformação de objetos<sup>23</sup> que influenciam novamente na ação. Os objetos e as ações estão reunidos em uma lógica que é “ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e suas significações presentes).” (SANTOS, 1999, p. 63)

Portanto, a ação social é um processo, produto das necessidades naturais ou criadas, que levam os homens a agir segundo os seus interesses (intenções, objetivos e finalidades), regulados por normas escritas ou não. O espaço geográfico se impõe e possibilita determinadas condições de produção, consumo, circulação, comunicação, entre outros, que influenciam na ação dos indivíduos.

A permanência ou não dos sucessores no campo é ação, antecedida de uma decisão, que pode não ser permanente. Essa decisão e ação ocorrem segundo os interesses dos sucessores inseridos em um espaço que impõe determinadas condições para o viver.

---

não ideias, que governam diretamente a conduta dos homens”.

<sup>23</sup> “Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou.” (Santos, 1999, p. 59)

### 1.3.1 As condições que o espaço impõe a decisão e a ação

O espaço impõe condições para a ação humana. Nos seus aspectos naturais, cada lugar é detentor de uma condição, que no caso do rural é menos artificializado e possui objetos mais dispersos, oferecendo um conjunto de recursos naturais como solos (relevo e fertilidade), água, temperaturas, ventos, entre outros. Além das condições naturais, cada lugar é detentor de condições historicamente construídas oferecendo condições para produção, circulação, comunicação, residência, consumo, lazer e exercício da política e das crenças.

Na agricultura familiar, o espaço impõe condições naturais e sociais que afetam a decisão e ação dos sucessores, como a disponibilidade de terras aptas à agricultura, o clima característico da região, as formas de obtenção de renda, a hierarquia doméstica, a divisão e remuneração do trabalho, as relações entre urbano e rural e as possibilidades de educação, consumo e lazer.

Com o desenvolvimento da sociedade ocorre a concentração da produção e da população no espaço urbano, fazendo surgir diferentes oportunidades de produção e apropriação individual da riqueza, assim como desenvolvem-se lazer, entretenimento, saúde, educação, entre outros. O espaço urbano é um atrativo para os jovens rurais, sendo visto como o espaço que “concentra as oportunidades”. Neste contexto fortalece-se a valorização do urbano frente ao rural, o que Castro (2005, p.9) observou como “a reprodução da hierarquia rural/urbano sob construções estigmatizantes, onde morar no campo é desvalorizado culturalmente, considerando-se também o que tange as diferenças de condições de vida.”

Entretanto, o urbano pode significar “violência” e insegurança, com o afastamento das relações de proximidade e confiança estabelecidas no ambiente do jovem rural. Optar pelo urbano pode significar também o afastamento das relações de parentesco e a perda da ligação com o patrimônio da família. As perspectivas de futuro se apontam e a decisão requer uma análise das condições objetivas atuais e

dos cenários que se esperam. Ao analisar a construção dos projetos dos jovens rurais, Carneiro (1998, p.3) afirma que:

“Os jovens oscilam entre o projeto de construir vidas mais individualizadas, o que se expressa no desejo de ‘melhorarem o padrão de vida’, de ‘serem algo na vida’, e o compromisso com a família, que se confunde também com o sentimento de pertencimento à localidade de origem, já que a família é o espaço privilegiado de sociabilidade nas chamadas “sociedades tradicionais”

Desta dificuldade de escolha, segundo Carneiro (1998), se constrói uma nova referência que busca reunir a cultura de origem e a cultura “moderna”, sem negar nenhuma das duas, se expressa no que a autora denomina do “ideal *rurbano*”.

Nas perspectivas de futuro idealizadas pelos jovens rurais, estes consideram as possibilidades de obtenção de renda. As atividades ligadas à agropecuária encontram na atualidade diversas dificuldades na produção (acesso a tecnologia, custo dos insumos, problemas climáticos, entre outras) e na comercialização (inserção no mercado e preços baixos dos produtos agrícolas), que influenciam na obtenção de renda. Além disto, estas atividades contam com a sazonalidade na obtenção de renda e a dependência das condições naturais. A remuneração do trabalho do jovem rural pode acompanhar a sazonalidade da produção agropecuária e restringe o seu consumo individual, dificultando a circulação e o acesso a espaços de lazer.

As possibilidades de renda urbana podem induzir a migração para a cidade. Oscilando entre oportunidades diferenciadas, desde condições mais precárias de trabalho a opções em que “melhorar de vida”<sup>24</sup> se torna possível, as ocupações urbanas oferecem normalmente remuneração fixa e direitos trabalhistas, além de viabilizar uma

---

<sup>24</sup> “As ‘luzes da cidade’ nem sempre iluminam os planos de todos os que aí projetam os seus horizontes profissionais, as expectativas educacionais e os desejos de ‘mudar’ de vida. Os relatos informando o retorno de alguns jovens (particularmente rapazes), embora ainda em número reduzido, bem como as precárias condições de emprego, ilustram esse fato.” (STRAPASOLAS, 2004, p. 263)

proximidade com os espaços de lazer e menor tutela<sup>25</sup> aos jovens de origem rural.

O nível de conquista educacional é um dos fatores fundamentais para a ampliação de possibilidades no espaço urbano. Além das possibilidades de renda, para Strapasolas, (2004, p. 259) o acesso à educação “se constitui em um verdadeiro ‘divisor de águas’ matrimoniais, pelas oportunidades (profissionais e afetivas) que se ampliam”.

Inseridas no contexto familiar, as relações de produção na agricultura familiar chamam a atenção por reproduzirem uma determinada hierarquia que é ao mesmo tempo doméstica e de trabalho. A hierarquia diz respeito ao controle sobre o grupo, neste caso, uma estrutura de autoridade doméstica, que em geral é masculina, com maior valorização à participação dos rapazes. Segundo Almeida (1986), em geral “o processo de trabalho é aqui concentrado no chefe-de-família; num pai, que é quem toma decisões sobre o uso da terra, o emprego de trabalho familiar, a comercialização do produto e o nível geral de consumo doméstico.”

Normalmente é o pai que decide o que deve ser feito na unidade familiar, dependendo de sua vontade o uso e aplicação dos recursos. Na relação entre pais e filhos o pai é o decisor, conforme análise de Santos (1999, p.65): “impõe-se distinguir entre atores que decidem e os outros. Um decisor é aquele que pode escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, se vai realizar.”

A disponibilidade de espaços de participação na gestão e trabalho do estabelecimento e o nível de autonomia em aspectos mais gerais da vida cotidiana podem contribuir significativamente na decisão dos jovens, sendo as diferenças no tratamento entre rapazes e moças de fácil percepção na agricultura familiar. Para Strapasolas (2004, p. 255),

---

<sup>25</sup> Segundo Strapasolas, (2004, p. 263) “Para as mulheres, ‘interior ou cidade’ não constitui apenas opções de moradia; está em jogo a relação entre ‘independência e dependência’.” Acredito que não só para as mulheres, mas também para homens, a saída do campo pode ser motivada pela busca de autonomia, rompendo com a tutela dos pais.

são as relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo.

A divisão dos recursos e a remuneração do trabalho, também estão centralizadas na figura paterna, o que gera uma relação de dependência dos filhos, os quais precisam recorrer aos pais quando demandam consumir algo. Brumer (2004, p. 39) relata que o acesso a renda própria e a livre decisão de como utilizá-la, é um reivindicação dos jovens filhos de agricultores, sendo uma alternativa encontrada para conquista desta é o assalariamento, especialmente no meio urbano.

Além do poder doméstico, as relações de poder extra-doméstica, a atuação de movimentos e organizações sociais podem oferecer condições diferenciadas aos lugares. Em estudo realizado no oeste de Santa Catarina, Badalotti *et. al.* (2007, p.4) afirmam que as estratégias de reprodução social da agricultura familiar nesta região estiveram historicamente ligadas a atuação de mediadores, sendo o Movimento Sindical a partir dos anos 80 e ONGs a partir dos anos 90, que possibilitaram a determinados agricultores envolverem-se na busca de estratégias de reprodução internas e externas a unidade de produção familiar.

Portanto, o espaço é detentor de condições de produção material da existência, de reprodução de relações sociais domésticas e de trabalho, entre outras condições que resultam em um meio no qual os indivíduos agem. Suas decisões e suas ações são influenciadas pelas condições objetivas que o espaço oferece para a produção da vida.

#### **1.4 As influências da renda na decisão e ação dos sucessores.**

Na atualidade, diversos estudos têm verificado que as rendas obtidas pelas famílias influenciam na sucessão geracional. Em sua pesquisa. Altmann *et. al.* (2003, p. 20) observou que entre os jovens filhos de agricultores, “25% desejam migrar para as cidades; dentre as

principais razões apontadas para esta decisão, as oito primeiras estão ligadas à baixa rentabilidade das atividades agrícolas e à falta de perspectivas.” Neste, percebe-se que as atividades econômicas desenvolvidas a partir do estabelecimento rural não são entendidas como uma possibilidade de renda para quem nela trabalha e contribui para a existência de poucas perspectivas para a juventude.

Em trabalho realizado em Nova Pádua, no Rio Grande do Sul, Carneiro (1998, p. 9) entrevistou 56 agricultores, dos quais 83% declararam que não gostariam de permanecer na atividade agrícola. Segundo a autora, “o principal argumento é de ordem econômica (49%): trata-se de um trabalho *pouco rentável, sem futuro, instável, sem recompensa, trabalha-se muito e ganha-se pouco.*”

No oeste de Santa Catarina, Mello *et. al.* (2003) perceberam a ocorrência nas propriedades mais capitalizadas, de um maior interesse em continuar na agricultura e a existência de um maior diálogo entre jovens e pais. Segundo estes autores, “75% dos filhos pertencentes a unidades capitalizadas já têm uma opinião a respeito, confirmando o interesse dos jovens desse segmento pela continuidade na profissão paterna.” Nesse trabalho o termo “capitalizado” foi utilizado com significado de maior obtenção de renda e não como acúmulo de capital<sup>26</sup>.

Nestes estudos observa-se a importância das rendas obtidas para a sucessão geracional, pois a baixa rentabilidade, ou a falta de satisfação com a renda, contribui na geração do interesse dos sucessores em não permanecer no campo, que culmina na decisão e ação do deslocamento para a cidade. Verifica-se então, a clara existência de uma relação freqüente a renda e a sucessão geracional na reprodução social da agricultura familiar. A questão que permanece, é como estes se relacionam? Resolvido os problemas econômicos na agricultura familiar, garante-se a reprodução social?

---

<sup>26</sup> Mello *et. al.* (2003) separaram os agricultores em três categorias de renda: capitalizados, em transição e descapitalizados, o que corresponde respectivamente, renda superior a 3 salários mínimos por pessoa ocupada/mês, entre 1 e 3 salários mínimos por pessoa ocupada/mês e menor que 1 salário mínimo por pessoa ocupada/mês.



Buscando a compreensão deste tema, verificou-se uma bibliografia sobre a decisão e ação econômica, ou seja, a partir do que, de que forma e com que finalidade os indivíduos decidem e tem ações buscando atender expectativas econômicas, que se traduzem em conquista de renda, consumo e capitalização. Ceron e Gerardi (2007, p.9) apresentam “a necessidade de a Geografia analisar os *processos* geradores das decisões humanas”. Segundo estes autores (p.9-11), as teorias formalizadas acerca das decisões humanas contêm princípios normativos de informação completa e incompleta e princípios comportamentais.

No ponto de vista dos princípios normativos em condição de completa informação, desenvolvido pela economia clássica, despreza-se as influências dos componentes não econômicos no comportamento humano, ou seja, em um contexto de informação completa as decisões são perfeitamente racionais. Enquanto dos pontos de vista comportamentais e normativos em condição incompleta de informação, admite-se que os indivíduos jamais serão completamente informados e capazes de decisões racionais, sendo influenciados pelos desejos, motivações, hábitos, entre outros fatores.

A análise teórica de Granoveter (2007, p.16) sobre a categoria mercado apresenta a idéia de “racionalidade limitada”, que significa a “incapacidade dos atores econômicos de antecipar adequadamente a complexa cadeia de contingências que poderiam ser relevantes aos contratos de longo prazo.” Esta, pode ser utilizada para compreensão do processo de decisão dos sucessores, que também possuem uma racionalidade limitada não sendo possível prever todos os desdobramentos de “ficar” ou “sair”, aproximando-se da perspectiva onde entende que os sujeitos não são portadores de todas as informações para a tomada de decisão.

A decisão dos jovens rurais sobre o seu futuro é carente de todas as informações necessárias, possuirá certa racionalidade limitada e contará com cenários idealizados que influenciarão significativamente. Na interpretação de Sartre (1963 apud SANTOS, 2009, p. 41), “tudo muda quando se considera que a sociedade é apresentada a cada homem como uma *perspectiva do futuro*, e que esse futuro penetra até ao coração de cada um como uma motivação real ao seu comportamento.”

Assim, a decisão e a ação dos jovens se ocorrerão a partir das informações disponíveis, e das análises sobre sua vida e seus projetos, mas também será influenciada pelo conjunto das relações sócio-espaciais vivenciadas. Granovetter (2007) analisa ainda até que ponto a ação econômica<sup>27</sup> está imersa nas estruturas das relações sociais. O autor apresenta uma alternativa entre a concepção sub-socializada da economia clássica e neoclássica e super-socializada da sociologia moderna, afirmando que a ação econômica está imersa nas estruturas das relações sociais.

Na concepção supersocializada (p.4), as pessoas são decisivamente sensíveis às opiniões de outros e obedientes às diretrizes ditadas por sistemas consensualmente desenvolvidos de normas e valores, interiorizados por meio da socialização. No entanto, a concepção sub-socializada da ação humana rejeita toda influência da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, distribuição e consumo. Segundo o autor, “apesar do aparente contraste entre as visões sub e supersocializada, deve-se observar uma ironia de grande importância teórica: ambas têm em comum uma concepção de que ações e decisões são conduzidas por atores atomizados.” (GRANOVETTER, 2007, p. 7).

A abordagem da imersão proposta por Granovetter situa-se entre a abordagem supersocializada da moralidade generalizada e a abordagem sub-socializada dos dispositivos institucionais impessoais, sustentando que a maior parte do comportamento está profundamente imersa nas redes de relações sociais, e não produz previsões generalizáveis, mas sustenta que cada situação será determinada pelos detalhes da estrutura social. (GRANOVETTER, 2007 p.15)

Com base nesta análise, trazendo para a questão da renda e da sucessão geracional, na perspectiva supersocializada, os sucessores seriam obedientes às diretrizes fornecidas pelo meio da socialização e as ações tenderiam para as normas e valores vigentes naquele determinado momento. Estando os indicativos a permanência no campo assim o fariam, e vice-versa. A concepção sub-socializada rejeitaria a influência

---

<sup>27</sup> A ação econômica é social, pois todos os “fenômenos econômicos são sociais por sua natureza; estão enraizados no conjunto ou em parte da estrutura social.”. (SWEDBERG, 2004, p.8)

da estrutura social e colocaria que o sucessor decidiria pela possibilidade que lhe conferisse maior ganho econômico, se o estabelecimento oferecesse rentabilidade permaneceria no campo, caso contrário, optaria pelas alternativas da cidade.

A utilização da abordagem da imersão sugere que a decisão e a ação dependerão dos detalhes da estrutura social, não sendo possível obter previsões generalizáveis, ou seja, os detalhes de um contexto familiar e de uma comunidade rural podem contribuir para permanência no campo. Esta abordagem sugere que o comportamento é racional ou instrumental, ele “visa não apenas metas econômicas, mas também a sociabilidade, a aprovação, o *status* e o poder.” (Granovetter, 2007, p.31). Fortalecendo esta concepção e contribuindo para negação da concepção sub-socializada, Swedberg, (2004, p.16) afirma que “em suma, as ações econômicas não acompanham os caminhos concisos e diretos da maximização, tal como reivindicam os economistas; acompanham muito mais os caminhos consideravelmente mais complexos das redes existentes.”

A concepção de Granovetter (2007) pode ser utilizada para entender na agricultura familiar as influências da renda na decisão dos sucessores, pois a partir dela podemos compreender que a decisão e ação destes estão imersas em um contexto social visando metas econômicas, mas não só esta, como também a aprovação, poder e a sociabilidade.

As rendas obtidas pela família influenciam na decisão e ação do jovem no dilema de ficar e sair. Este é um fator muito importante, mas não único, pois vários outros influenciam, como a hierarquia doméstica, valorização do urbano, questões de gênero, entre outros. Neste trabalho, compreende-se que os processos geradores de decisão e ação estão inseridos em um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações, no qual tanto dinâmicas gerais (urbanização e mudanças tecnológicas) como as peculiaridades do local podem influenciar na permanência ou não dos jovens no campo.



## **2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA SERRA CATARINENSE E A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Para compreender o desenvolvimento econômico da agricultura familiar em Ponte Alta, faz-se necessário verificar e avaliar as demais atividades que ocorrem no município, bem como a dinâmica econômica da região. Com base nesta compreensão, buscou-se analisar o espaço a partir da atualidade das dinâmicas sócio-espaciais. Descrever e analisar o espaço geográfico contribui para compreender as ações e objetos que envolvem os agricultores e quais ações esses desenvolvem.

Ao pesquisador é possível observar aquilo que se expressa na atualidade. Podemos perceber os fenômenos sociais pela realidade presente e com a análise do que ficou registrado do passado, na bibliografia, na história oral e nos objetos que permaneceram no espaço geográfico. Esta metodologia é utilizada a partir da indicação de Santos (1999, p. 60) para o qual, o geógrafo “se interessa pelo conjunto de condições características de várias épocas, mas a partir do presente, indo freqüentemente, deste para o passado”.

Neste sentido, efetuou-se uma análise da atualidade das dinâmicas sócio-espaciais da Serra Catarinense<sup>28</sup> partindo, no primeiro momento, da formação socio-espacial para compreender a gênese e transformações ocorridas nessa região, até a situação atual, visando entender a inserção e o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Ponte Alta. Acredita-se que os processos de gênese, transformações, desaparecimento ou redirecionamento das unidades de produção familiar de Ponte Alta, tiveram sua história muito ligada à própria dinâmica histórica e sócio-espacial da região.

---

<sup>28</sup> Optou-se por utilizar o termo “Serra Catarinense”, pois este é mais utilizado pelos indivíduos e organizações da região, pois esta denominação se dá na associação dos municípios da região (AMURES). Em outras abordagens esta região é chamada de Planalto Sul de Santa Catarina.

## 2.1 Formação sócio-espacial da Serra Catarinense

Os habitantes nativos da região eram os índios, dos quais Costa (1982, p. 3) afirma que entre os estudiosos existe uma “acentuada tendência à aceitação de que em todo o Planalto Catarinense, habitavam as tribos Xokleng e Kaigang”. Com a chegada dos primeiros colonizadores, os bandeirantes paulistas, a população nativa foi sendo expulsa ou aniquilada (PEIXER, 2002, p. 41). Entretanto, uma parcela desta população se miscigenou com os europeus, formando os caboclos.

A chegada dos primeiros colonizadores à região se deu no início do século XVIII, a partir da abertura do Caminho dos Conventos, em 1730, que tinha como objetivo ligar o sul a São Paulo (COSTA, 1982, p. 13). Devido à má construção, o caminho ficou muito comprido, tendo que ser reconstruído, fazendo com que o trajeto transpusesse Lages, passando a ser reconhecido como “Caminho das Tropas”, pois a partir deste que se transportavam animais de Viamão, no Rio Grande do Sul, para Sorocaba, em São Paulo. (COSTA, 1982, p. 33)

Por estar na rota de comercialização de gado desse período e pela condição natural (predominância de pastagens nativas), a primeira atividade econômica desenvolvida foi à bovinocultura extensiva, que aliada à distribuição de terras pelo critério das sesmarias, efetivou uma estrutura social desigual, na distribuição de riquezas e de poder. Segundo Fert Neto (1993, p. 68), a estrutura do campo de poder se hierarquizou a partir da oligarquia latifundiária baseada na propriedade da terra e, em torno destes, os homens livres, capatazes, peões, agregados e escravo, e fora desse espaço, nas florestas de pinheiros, encontram-se os índios e alguns caboclos.

A ocupação da região ocorreu por estar inserida no fluxo de mercadorias da época, mas também por motivações políticas e estratégicas. A criação de Lages foi de ordem militar, pois constituiu um núcleo de população que marcaria a ocupação portuguesa, o que para Costa (1982, p. 19) seria “um ponto de dissuasão ou de resistência a uma possível tentativa castelhana de invasão do território”.

A ocupação e utilização das terras até 1850 se dava pela concessão de sesmarias e pela posse. Neste período, Bloemer (2000, p.52) relata que como “os espaços territoriais eram pouco ou nada delimitados na região, os caboclos circulavam livremente, estabelecendo suas posses”. Com a Lei de Terras, que institucionalizou a propriedade privada da terra no Brasil, os fazendeiros foram favorecidos e os caboclos “dependiam do fazendeiro aceitar ou não sua permanência como agregados.” (BLOEMER *apud* MARTINS, 1981, p. 71)

O espaço ficou dividido entre os caboclos, fazendeiros e outros atores sociais. Os campos nativos abrigaram atividades pastoris, e eram buscados pelos fazendeiros para criação de gado. A floresta de araucária era explorada por atividade extrativistas pelas populações indígenas e caboclas.

No início do século XX, novas dinâmicas sócio-espaciais surgiram com a construção da estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. Para Bloemer (2000, p.58), este fato somado à concessão de terras devolutas do Estado aos grandes proprietários e às empresas colonizadoras, e à disputa entre Paraná e Santa Catarina, resultaram na expropriação da população cabocla, sendo “nesse contexto social de total insegurança que eclodiu a Guerra do Contestado”.

Por volta de 1930 intensifica-se a exploração da mata de araucária, em um período de efervescência econômica, conhecido como “ciclo da madeira”, no qual muitos colonos do Rio Grande do Sul migraram para esta região. Costa (1982) relata que este teve ciclo seu auge durante a construção de Brasília e início dos anos 1960, e declínio no início dos anos 1970, com o esgotamento das reservas naturais de araucária.

As transformações ocasionadas pelo ciclo da madeira como a destruição da mata de araucária, constituição e declínio das serrarias, juntamente com a concentração fundiária e condições climáticas favoráveis contribuíram para o estabelecimento na região de fábricas de papel e celulose, que vão estabelecer, fomentar e ampliar grandes áreas de monocultivo do gênero exótico *Pinus*.

Para Pereira (2004, p. 151), a significativa expansão tem seu sustentáculo na cultura do pecuarista local, pois suas atitudes, segundo o

autor, “seguem uma sócio-lógica baseada no menor esforço, próprio da cultura dos pecuaristas, que é produzir com baixo nível de investimentos, baixo risco e um retorno compatível com suas necessidades e aspirações.”

Nas últimas décadas, outras atividades econômicas foram desenvolvidas, como a fruticultura, horticultura, apicultura, lavouras temporárias (soja, batata e moranga), entre outras, configurando novas relações sócio-espaciais. Essas atividades ocorrem dispersas pelo território, existindo inseridas em um uso do espaço onde se mantém o predomínio da bovinocultura e do cultivo de pinus.

Assim, o que se percebe é que no processo de desenvolvimento da Serra Catarinense ocorreu a exclusão e marginalização de alguns setores sociais. Na ocupação do território os fazendeiros e sua atividade pecuária foram privilegiados em detrimento das populações indígenas e caboclas e das atividades agrícolas tradicionais, como milho e feijão, e o extrativismo da floresta com araucárias. Durante o ciclo da madeira diversas riquezas foram geradas e apropriadas pelos poucos proprietários de serrarias, enquanto os trabalhadores receberam baixos salários. Esta trajetória sócio-espacial reflete-se na concentração de riquezas e poder, onde determinados setores sociais tem dificuldades de serem inseridos em estratégias de desenvolvimento.

## **2.2 O uso do espaço geográfico: a atualidade das dinâmicas sócio-espaciais**

Para análise da atualidade das dinâmicas sócio-espaciais da Serra Catarinense, recorreu-se à avaliação empírica da realidade aliada a análise dos dados secundários provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise empírica possibilita um olhar detalhado e aprofundado, complementado com os dados secundários que quantificam a realidade, possibilitando uma avaliação mais acurada.

Ponte Alta está localizada no centro do Estado de Santa Catarina, a aproximadamente 260 quilômetros de Florianópolis (Figura 1). Inserido no contexto da Serra Catarinense, o município possui uma



população de 4.841 habitantes dispersos em uma área de 567 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

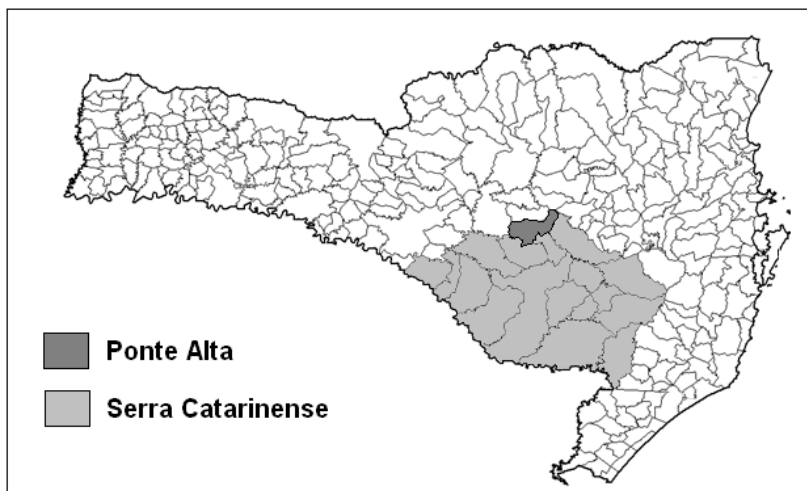


Figura 1: Santa Catarina com destaque para o município de Ponte Alta e a região da Serra Catarinense.

A Serra Catarinense é composta por 18 municípios<sup>29</sup> (Figura 2), localizados no centro-sul do estado de Santa Catarina, possuindo uma população de 283.251 habitantes (4,6% da população Catarinense), em uma área de 16.086 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 16,9% do território do estado. Diferentemente do estado que teve um crescimento populacional de 15,35% entre 2000 e 2010 (IBGE, 2010), a região reduziu sua população em 1,40%, resultado de uma migração para locais onde com melhores oportunidades de trabalho e emprego. As maiores perdas populacionais ocorreram nos municípios de Anita Garibaldi, Cerro Negro, Correia Pinto e São José do Cerrito, todos com percentuais superiores a 10% da população. O município de Lages, que possui a maior parte da população, apresentou crescimento negativo de 2,26%, índice este superior a média regional. Na Tabela 1 encontra-se o total da população em 2000 e 2010 e a variação populacional do período.

<sup>29</sup> Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema.

**Tabela 1: População total pelos Censos de 2000 e 2010 com a variação populacional do período.**

<b>Abrangência Geográfica</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>Variação Populacional</b>
<i>Santa Catarina</i>	5.356.360	6.178.603	15,35%
<i>Serra Catarinense</i>	287.276	283.252	-1,40%
Anita Garibaldi	10.273	8.612	-16,17%
Bocaina do Sul	2.980	3.285	10,23%
Bom Jardim da Serra	4.079	4.390	7,62%
Bom Retiro	7.967	8.942	12,24%
Campo Belo do Sul	8.051	7.480	-7,09%
Capão Alto	3.020	2.742	-9,21%
Cerro Negro	4.098	3.572	-12,84%
Correia Pinto	17.026	14.658	-13,91%
Lages	157.682	154.122	-2,26%
Otacílio Costa	13.993	16.284	16,37%
Painel	2.384	2.354	-1,26%
Palmeira	2.133	2.335	9,47%
Ponte Alta	5.168	4.841	-6,33%
Rio Rufino	2.414	2.436	0,91%
São Joaquim	22.836	24.762	8,43%
São José do Cerrito	10.393	9.273	-10,78%
Urubici	10.252	10.682	4,19%
Urupema	2.527	2.481	-1,82%

Fonte: IBGE, Censo 2010  
Elaboração: Moisés Savian

A região produz um PIB de R\$ 3,5 bilhões, composto por 10,9% de valor adicionado a agropecuária, 31,5% a indústria, 47,5% aos serviços e 10,2% impostos líquidos de subsídios. Dos 18 municípios, Lages destaca-se na dinâmica regional, pois concentra a população

(55,6% da região), é responsável por 57,5% do PIB regional e 64,5% do valor adicionado ao setor de serviços. No entanto, mesmo contando com uma área de 2.644 km<sup>2</sup> (16,4% do total da região), o município produz apenas 9,8% do valor de produção agropecuária (IBGE, 2007).

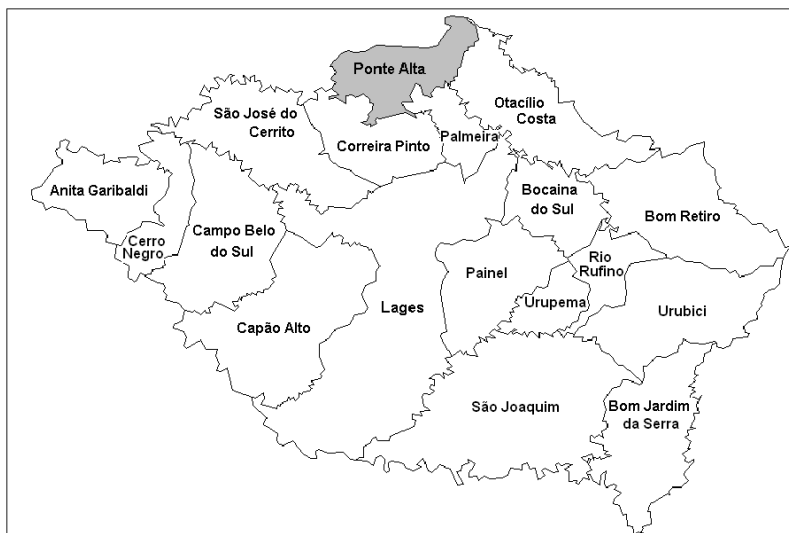


Figura 2 : Municípios que compõe a Serra Catarinense

Na economia da região, além de Lages, destacam-se Correia Pinto com 9,0% do PIB regional, Otacílio Costa com 8,6% e São Joaquim com 6,9%. Em Otacílio Costa e Correia Pinto a indústria representa 51,8% e 58,7% respectivamente do PIB municipal, onde predomina a atividade madeireira, especialmente, destinada à indústria de papel e celulose. Em São Joaquim os serviços representam 58,1% do PIB municipal.

Quanto ao PIB *per capita* a região possui um valor médio de R\$ 10.603,53. Os municípios de Cerro Negro, São José do Cerrito e Anita Garibaldi apresentam os menores valores, sendo estes R\$ 5.543,00, 5.964,00 e 6.318,00 respectivamente. Os valores mais altos são encontrados nos municípios de Correia Pinto (R\$ 21.448,00), Otacílio Costa (R\$ 19.436,00) e Palmeira (R\$ 15.331,00). Ponte Alta possui o sétimo PIB *per capita*, com um valor de R\$ 10.206,00 (IBGE, 2007).

A maior renda *per capita*, em grande parte está associada às atividades da indústria, visto que os municípios com maiores valores também apresentam maior atividade industrial. Em Correia Pinto e Otacílio Costa a participação da indústria é superior a 50% no PIB municipal, Palmeira 37,9% e Lages 32,5% (4º PIB *per capita* da região), enquanto os demais municípios possuem uma atividade industrial baixa, tendo participação inferior à 13% na economia destes.

Quanto aos serviços, Lages é o centro regional, fornece aos demais municípios serviços especializados, como educação superior e saúde. É possível perceber ainda, conforme Tabela 2, uma aproximação entre o percentual de habitantes e de contribuição ao valor adicionado aos serviços regionais. Somente Lages possui o percentual de contribuição ao valor adicionado aos serviços superior ao percentual da população, demonstrando a atuação importante deste município, no setor.

A atividade agropecuária encontra-se bastante distribuída. Somente um município possui uma participação superior à 10% do valor regional adicionado a este segmento, sendo São Joaquim com 15,0%, em grande medida ligado à produção de maçã. A agropecuária é importante na economia dos municípios, visto que dos 18, 12 possuem participação superior a 30% no total da economia. Lages contribui com 9,8% do valor adicionado a agropecuária regional, o que representa apenas 1,8% do PIB do município (IBGE, 2007). A Tabela 3 apresenta os dados do PIB total e agropecuário municipal, bem como a contribuição deste para o PIB regional e a importância do PIB agropecuário na economia do município.

A compreensão da centralidade de Lages para a Serra Catarinense pode ser explicada pelo “efeito do tamanho”, o que para Santos e Silveira (2006, p.203) tem importante papel na divisão interurbana e na divisão intra-urbana do trabalho, pois cidades maiores e mais populosas são mais capazes “de abrigar uma extensa gama de atividades e de conter uma lista maior de profissões, estabelecendo, desse modo, um tecido de inter-relações mais eficaz do ponto de vista econômico.”

**Tabela 2: População e o Valor Adicionado a Serviços da Serra Catarinense**

<b>Municípios</b>	<b>População<sup>(1)</sup></b>	<b>% População da Região</b>	<b>VA Serviços (mil reais)<sup>(2)</sup></b>	<b>% VA Serviços Região</b>
<b>Total</b>	283.251	100,0%	R\$ 1.683.483	100,0%
Anita Garibaldi	8.612	3,0%	R\$ 32.405	1,9%
Bocaina do Sul	3.285	1,2%	R\$ 11.996	0,7%
Bom Jardim da Serra	4.390	1,5%	R\$ 15.409	0,9%
Bom Retiro	8.942	3,2%	R\$ 39.579	2,4%
Campo Belo do Sul	7.480	2,6%	R\$ 36.733	2,2%
Capão Alto	2.742	1,0%	R\$ 11.528	0,7%
Cerro Negro	3.572	1,3%	R\$ 10.716	0,6%
Correia Pinto	14.658	5,2%	R\$ 85.491	5,1%
Lages	154.122	54,4%	R\$ 1.068.511	63,5%
Otacílio Costa	16.284	5,7%	R\$ 96.028	5,7%
Painel	2.354	0,8%	R\$ 8.325	0,5%
Palmeira	2.335	0,8%	R\$ 12.097	0,7%
Ponte Alta	4.841	1,7%	R\$ 22.885	1,4%
Rio Rufino	2.436	0,9%	R\$ 8.699	0,5%
São Joaquim	24.762	8,7%	R\$ 141.830	8,4%
São José do Cerrito	9.273	3,3%	R\$ 26.848	1,6%
Urubici	10.682	3,8%	R\$ 44.354	2,6%
Urupema	2.481	0,9%	R\$ 10.049	0,6%

Fonte: (1) IBGE, Censo 2010

(2) Valor Adicionado, Produto Interno Bruto dos Municípios (IBGE, 2007)

Elaboração: Moisés Savian

**Tabela 3: PIB total e Agropecuário dos municípios da Serra Catarinense**

<b>Municípios</b>	<b>PIB Total (mil reais)</b>	<b>% PIB Regional</b>	<b>VAP<sup>(1)</sup> do Município (mil reais)</b>	<b>% VAP<sup>(1)</sup> Regional</b>	<b>% VAP<sup>(1)</sup> no PIB Municipal</b>
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.545.069</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 385.216</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Bocaina do Sul	R\$ 36.097	1,0%	R\$ 20.948	5,4%	58,0%
Bom Jardim	R\$ 36.937	1,0%	R\$ 16.333	4,2%	44,2%
Bom Retiro	R\$ 87.010	2,5%	R\$ 2.195	8,4%	37,0%
Campo Belo do Sul	R\$ 77.051	2,2%	R\$ 6.896	7,0%	34,9%
Capão Alto	R\$ 29.677	0,8%	R\$ 4.419	3,7%	48,6%
Cerro Negro	R\$ 21.886	0,6%	R\$ 8.233	2,1%	37,6%
Correia Pinto	R\$ 318.250	9,0%	R\$ 19.248	5,0%	6,0%
Lages	R\$ 2.038.990	57,5%	R\$ 37.582	9,8%	1,8%
Otaclício Costa	R\$ 305.016	8,6%	R\$ 28.145	7,3%	9,2%
Painel	R\$ 22.542	0,6%	R\$ 12.180	3,2%	54,0%
Palmeira	R\$ 35.783	1,0%	R\$ 8.093	2,1%	22,6%
Ponte Alta	R\$ 51.844	1,5%	R\$ 21.025	5,5%	40,6%
Rio Rufino	R\$ 18.757	0,5%	R\$ 8.214	2,1%	43,8%
São Joaquim	R\$ 243.954	6,9%	R\$ 57.659	15,0%	23,6%
São José do Cerrito	R\$ 61.450	1,7%	R\$ 25.205	6,5%	41,0%
Urubici	R\$ 80.711	2,3%	R\$ 23.568	6,1%	29,2%
Urupema	R\$ 21.363	0,6%	R\$ 8.975	2,3%	42,0%

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios 2007

(1) Valor Adicionado a Agropecuária (VAP)

Elaboração: Moisés Savian

Assim, configurou-se uma economia regional dependente da agropecuária nos pequenos municípios e do setor industrial em Lages, Correia Pinto, Otaclício Costa (90,3% do Valor Adicionado a indústria da região), em grande parte ligado aos reflorestamentos de pinus, e o setor de serviços disperso pelos municípios com uma dependência do município pólo Lages.

## 2.3 A economia rural regional e a inserção da agricultura familiar

Na Serra Catarinense, o processo de ocupação e distribuição de terras se deu de forma mais desigual que no restante do estado. Segundo dados de IBGE (2006) existem 14.787 estabelecimentos<sup>30</sup> em uma área de 1.143.900 hectares. Destes, em 97,5% a condição legal do produtor é a propriedade individual da terra, os quais detêm 86,9% das terras da região. Esses proprietários representam 7,7% do número de estabelecimentos, e possuem 19,2% da área total de Santa Catarina. Na Tabela 4 apresenta-se o número de estabelecimentos da região e dos municípios, com a área total e média, em comparação com a média do estado.

A distribuição desigual e a concentração de terras na Serra Catarinense ficam evidentes na Tabela 4, demonstrando que a área média por estabelecimento na região é quase 150% superior à média catarinense. Se considerarmos apenas os municípios de Lages e Capão Alto, este valor é superior à 520%. Somente o município de Palmeira apresenta média inferior a do estado.

Corroborando com esta constatação, ICEPA (2005)<sup>31</sup>, afirma que na Serra Catarinense existem 13.305 estabelecimentos agropecuários<sup>32</sup>, é classificando-os em estratos conforme a área (Tabela 5), o que torna possível a verificação de que, observadas as menores áreas, a região possui menor participação no percentual dos estabelecimentos do estado, e, conforme aumenta a área, aumenta sua participação nos estratos (Gráfico 1).

---

<sup>30</sup> Quanto à condição legal do produtor, foram consideradas as categorias: Proprietário individual, Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas, Cooperativa e Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada. Não foram consideradas: Instituição de utilidade pública, Governo (federal, estadual ou municipal) e Outra Condição.

<sup>31</sup> Produzido a partir de dados do Levantamento Agropecuário Catarinense (LAC), realizado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

<sup>32</sup> Existe uma diferença entre os dados do IBGE e do LAC quando ao número total de estabelecimentos. A diferença pode ser explicada pela diferença de período em que foram realizados os trabalhos, a metodologia e o alcance da pesquisa, visto que ambos são censitários. Utilizou-se também os dados do LAC (ICEPA, 2005), porque este dividia em segmentos de área o que possibilitou uma maior compreensão da distribuição.

**Tabela 4: Propriedade individual da terra na Serra Catarinense: número de estabelecimentos, área total e área média por estabelecimento.**

<b>Abrangência Geográfica</b>	<b>Número de Estabelecimentos</b>	<b>Área Total (ha)</b>	<b>Área Média por Estabelecimento (ha)</b>
<i>Santa Catarina</i>	186.130	5.163.515	27,7
<i>Serra Catarinense</i>	14.414	993.833	69,0
Anita Garibaldi	1.381	42.090	30,5
Bocaina do Sul	497	25.797	51,9
Bom Jardim da Serra	795	85.876	108,0
Bom Retiro	578	48.313	83,6
Campo Belo do Sul	906	63.656	70,3
Capão Alto	486	84.016	172,9
Cerro Negro	700	23.134	33,0
Correia Pinto	612	31.498	51,5
Lages	861	158.121	183,6
Otacílio Costa	326	24.349	74,7
Painel	491	62.648	127,6
Palmeira	314	6.806	21,7
Ponte Alta	485	27.995	57,7
Rio Rufino	349	11.552	33,1
São Joaquim	2.296	141.542	61,6
São José do Cerrito	2.114	67.954	32,1
Urubici	852	59.659	70,0
Urupema	371	28.827	77,7

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: Moisés Savian

A região possui 7,1% do total de estabelecimentos do Estado. Considerando apenas o estrato “de 10 a menos de 50 ha” a região possui 5.551 estabelecimentos, que representam 5,0% do total, enquanto no estrato “de 1.000 a menos de 10.000 ha”, a Serra possui 158 que representam 42,1% do total catarinense. Os dados demonstram a



disparidade da situação regional em relação às demais regiões de Santa Catarina, no que se refere à concentração de terra.

**Tabela 5: Número de estabelecimentos agropecuários segundo estratos de área por abrangência geográfica: Estado e Região.**

Área de Abrangência	Menores de 10 ha	De 10 a menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 1.000 ha	De 1.000 a menos de 10.000 ha
Santa Catarina	55.321	112.014	11.907	7.444	375
Serra Catarinense	3.033	5.551	2.010	2.553	158

Fonte: Levantamento Agropecuário Catarinense 2002-2003

Elaboração: Moisés Savian

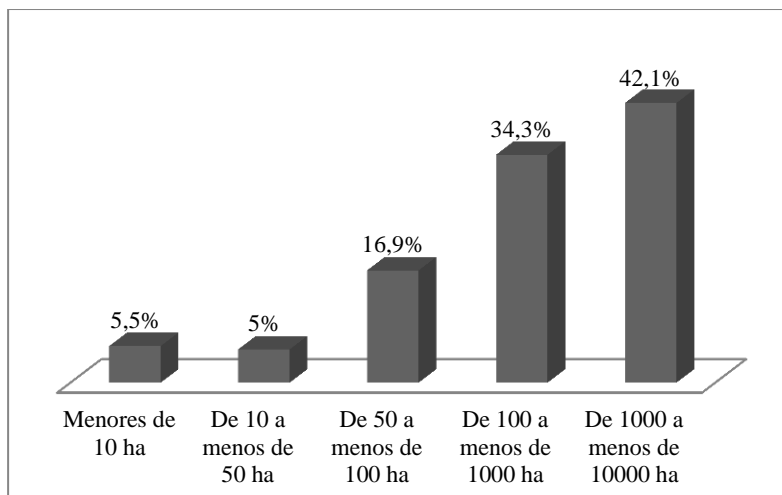


Gráfico 1: Percentual dos estabelecimentos agropecuários da Serra Catarinense do total do Estado segundo estratos de área.

Fonte Dados: LAC/EPAGRI

Elaboração: Moisés Savian

A paisagem da Serra Catarinense revela um predomínio de pastagens naturais, reflorestamentos de espécies arbóreas exóticas (especialmente Pinus e Eucalipto), remanescentes de florestas nativas com araucária e parcelas dispersas e menos extensas de áreas de lavouras permanentes (especialmente de maçã) e temporárias (especialmente milho e feijão). Essa paisagem é confirmada e detalhada a partir dos dados extraídos do IBGE, que apontam para as principais atividades ocorrentes na região.

As pastagens naturais são utilizadas, especialmente, pela bovinocultura extensiva, atividade desenvolvida desde a ocupação da região. Segundo dados do IBGE (2009), a região possui 539.558 cabeças de bovinos, correspondente à 14,0% do total do estado. Os municípios de Lages e São Joaquim são os que possuem os maiores percentuais, com 15,8% e 12,5% respectivamente. A distribuição dos animais atualmente está, *grosso modo*, ligada ao tamanho do território de cada município, como pode ser visto na Tabela 6, os maiores municípios possuem também maior número de animais, e vice-versa.

A criação de gado é a principal atividade econômica em muitas unidades de produção familiar e exerce um papel importante na economia destes, possuindo característica de investimento e/ou poupança e sendo utilizada na obtenção de renda. Por ser uma atividade menos suscetível aos riscos oferecidos pelas condições ambientais quando comparadas as atividades agrícolas, muitos agricultores optam pela atividade para viabilizar a obtenção de renda. Aliado a isso, soma-se a existência de um mercado permanente de compra e venda de animais entre vizinhos, e com os frigoríficos, conferindo uma alta liquidez<sup>33</sup>, que possibilita a fácil obtenção de dinheiro em momentos que o agricultor achar conveniente ou necessário. Assim quando o agricultor precisa de recursos pode vender em qualquer momento um ou mais animais, ou mesmo quando ocorre à sobra de recursos pode optar por investir em gado.

---

<sup>33</sup> A noção de liquidez na economia refere-se à capacidade de um investimento transferir-se rapidamente em dinheiro.

**Tabela 6: Número de Bovinos por município da Serra Catarinense**

<b>Município</b>	<b>Bovinos (Cabeças)</b>	<b>% Cabeças da Região</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>	<b>% Área Total</b>
<i>Serra Catarinense</i>	539.558	100,0%	16.086	100,0%
Anita Garibaldi	28.074	5,2%	589	3,7%
Bocaina do Sul	14.389	2,7%	496	3,1%
Bom Jardim da Serra	31.996	5,9%	935	5,8%
Bom Retiro	28.270	5,2%	1.056	6,6%
Campo Belo do Sul	28.318	5,2%	1.027	6,4%
Capão Alto	36.522	6,8%	1.335	8,3%
Cerro Negro	15.874	2,9%	417	2,6%
Correia Pinto	25.333	4,7%	652	4,1%
Lages	85.032	15,8%	2.644	16,4%
Otaclício Costa	18.682	3,5%	847	5,3%
Painel	33.452	6,2%	742	4,6%
Palmeira	9.655	1,8%	292	1,8%
Ponte Alta	18.300	3,4%	567	3,5%
Rio Rufino	8.217	1,5%	283	1,8%
São Joaquim	67.254	12,5%	1.886	11,7%
São José do Cerrito	37.000	6,9%	946	5,9%
Urubici	35.357	6,6%	1.019	6,3%
Urupema	17.833	3,3%	353	2,2%

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.  
Elaboração: Moisés Savian

Além da bovinocultura, as pastagens são utilizadas para criação de eqüinos, muares, bubalinos, caprinos e ovinos. A região tem um rebanho de 19.510 cabeças de eqüinos, o que representa 19,1% do total do estado, utilizado especialmente para os trabalhos dos estabelecimentos e para competição em torneios de laço. Quanto aos ovinos, a região possui 50.127, que representa 19,5% do total do estado, os quais são utilizados na produção de carne e de lã, sendo produzidos 67.047 quilogramas de lã, correspondendo 26,2% da produção estadual. São desenvolvidas outras atividades pecuárias, entretanto com pouca

expressão. No Tabela 7 apresenta-se o resumo das atividades pecuárias da região e de Santa Catarina.

**Tabela 7: Pecuária da Serra Catarinense e a partição das atividades na produção estadual**

<b>Pecuária 2008</b>		<b>Santa Catarina</b>	<b>Serra Catarinense</b>	<b>%</b>
Bovinos	Cabeças	3.864.724	539.558	14,0%
Equinos	Cabeças	101.943	19.510	19,1%
Bubalinos	Cabeças	23.295	4.375	18,8%
Asininos	Cabeças	708	70	9,9%
Muare	Cabeças	2.182	681	31,2%
Suínos	Cabeças	7.846.398	55.664	0,7%
Caprinos	Cabeças	55.995	3.355	6,0%
Ovinos	Cabeças	256.965	50.127	19,5%
Galos, frangos e pintos	Cabeças	159.813.180	803.500	0,5%
Galinhas	Cabeças	17.707.255	652.828	3,7%
Vacas Ordenhadas	Cabeças	900.077	45.120	5,0%
Ovinos Tosquiados	Cabeças	116.873	34.046	29,1%
Produção de Leite	mil litros	2.125.856	46.762	2,2%
Ovos de Galinha	mil dúzias	209.522	6.344	3,0%
Produção Mel de Abelha	kg	3.706.463	566.800	15,3%
Produção de Lã	kg	256.317	67.047	26,2%

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.  
Elaboração: Moisés Savian

A paisagem da região é caracterizada pela silvicultura de espécies como pinus e eucalipto. A exploração dessas culturas se dá, especialmente, para a produção de madeira e produção de papel e celulose. Os reflorestamentos desenvolvidos na Serra Catarinense são responsáveis por 22,1% da produção de madeira em tora e 33,4% da produção de papel e celulose do estado, sendo que estas representam 77,1% do valor de produção total da extração vegetal e silvicultura da

região. Nos estabelecimentos da agricultura familiar, algumas áreas menos próprias para áreas de lavouras e campo são utilizadas para este fim, sendo consideradas como um investimento de longo prazo, em áreas que normalmente não são favoráveis à exploração agropecuária.

São produzidos na região 53,7% da produção estadual de pinhão. Com as baixas temperaturas do inverno, as pastagens nativas diminuem a produção de matéria seca para a bovinocultura, fazendo com que parcelas do rebanho percam peso, não sendo uma época favorável à comercialização do gado. Este período, de maiores dificuldades para a bovinocultura, coincide com a colheita do pinhão, que fornece uma renda extra aos agricultores, especialmente para os familiares. O pinhão é entregue geralmente para os intermediários que circulam pela região levando produto para centros urbanos.

Os agricultores fornecem as folhas de erva mate a empresas (ervateiras) que moem e comercializam para serem utilizadas no preparo do chimarrão<sup>34</sup>. Os galhos são colhidos a cada dois anos, aproximadamente, fornecendo uma renda extra para unidade de produção. O município de Urubici destaca-se na produção de erva, possuindo 32,9% do total regional.

Acredita-se que os números apresentados referentes a produção de erva-mate e do pinhão são inferiores à real ocorrência, devido à marginalização destas atividades ponto de vista econômico e cultural, não ocorrendo o comércio com nota fiscal e não sendo declarados por muitos agricultores, quando participam de pesquisas. A Tabela 8 apresenta todas as atividades florestais que ocorrem na região e sua participação na produção estadual.

---

<sup>34</sup> Bebida típica da região sul brasileira, que utiliza folhas de erva mate secas e picadas com água quente.

**Tabela 8: Extração Vegetal e Silvicultura na Serra Catarinense e a participação na produção de Santa Catarina**

<b>Extração Vegetal e Silvicultura 2008</b>	<b>Santa Catarina</b>	<b>Serra Catarinense</b>	<b>%</b>
Erva-Mate Cancheada (toneladas)	39.637	1.887	4,8%
Pinhão (toneladas)	1.788	960	53,7%
Madeira Lenha (m <sup>3</sup> )	1.803.183	174.640	9,7%
Madeira em Tora (m <sup>3</sup> )	125.655	16.716	13,3%
Pinheiro Brasileiro - Madeira em Tora (m <sup>3</sup> )	12.956	1.466	11,3%
Silvicultura - Lenha (m <sup>3</sup> )	5.602.498	162.250	2,9%
Carvão Vegetal (toneladas)	4.885	71	1,5%
Silvicultura - Madeira em Tora (m <sup>3</sup> )	14.479.971	3.204.583	22,1%
Silvicultura - Madeira papel e celulose (m <sup>3</sup> )	6.525.163	2.246.889	34,4%
Silvicultura - Tora outras finalidades (m <sup>3</sup> )	7.954.808	933.304	11,7%
Silvicultura - Carvão Vegetal (toneladas)	7.459	60	0,8%

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

Elaboração: Moisés Savian

Quanto às lavouras temporárias, é predominante a ocorrência de milho e feijão. Estas atividades estão presentes na agricultura familiar e em muitos casos o plantio ocorre para o consumo do estabelecimento, com venda do excedente de produção. O milho é produzido para atender demandas dos animais em períodos de maior ausência de pastagens, como é o caso do inverno, ou para tratar animais doentes ou eqüinos utilizados em competições. A soja apresenta a terceira maior área de lavoura, sendo plantada por produtores com maior grau de mecanização. Ocorrem também atividades com maior densidade econômica como alho, cebola, fumo, batata inglesa e tomate. A Tabela 9 apresenta as atividades temporárias desenvolvidas na Serra Catarinense, com seus respectivos valores de produção.

**Tabela 9: Área plantada e valor de produção das lavouras temporárias na Serra Catarinense**

<b>Lavoura Temporária 2008</b>	<b>Área Plantada (ha)</b>	<b>Valor de Produção (mil reais)</b>	<b>% da Produção Estadual</b>
Alho	90	2.049	6,1%
Arroz	390	227	0,3%
Batata Doce	31	183	3,6%
Batata Inglesa	2.280	12.907	27,2%
Cebola	1.383	12.690	6,5%
Cevada	150	206	12,6%
Feijão	16.658	42.664	12,9%
Fumo	854	9.639	0,7%
Mandioca	78	114	0,2%
Melancia	60	434	6,3%
Milho	48.860	82.415	7,5%
Soja	11.850	22.870	3,1%
Trigo	3.501	4.018	3,0%
Tomate	202	10.336	7,4%

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.  
Elaboração: Moisés Savian

Quanto às lavouras permanentes, com exceção da maçã, a região não apresenta produção expressiva. Existem 9.952 hectares de maçã, o que corresponde a 48,1% da área plantada de Santa Catarina, especialmente concentrados nos municípios de São Joaquim (52,0% da área total), Bom Jardim da Serra (12,6%), Bom Retiro (11,4%), Urubici (7,2%), Urupema (4,6%) e Lages (3,2%). Na cadeia da maçã, a agricultura familiar se insere com pequenos pomares dos quais a produção é entregue para empresas estabelecidas na região ou para os municípios de Fraiburgo (Meio-oeste de Santa Catarina) e Vacaria (Rio Grande do Sul), que armazenam e comercializam durante o ano. As empresas fornecem, em geral, os agroquímicos e a assistência técnica aos agricultores, que entregam seu produto normalmente sem fixação de preço, o qual é definido após o término da colheita.

São Joaquim também destaca-se na produção de pêra, 67,2% da área plantada da região, e na produção de uva, 64,7%. A primeira está ligada, em grande medida, as empresas e a imigrantes japoneses que residem na região, enquanto a uva vem sendo desenvolvida na última década, através de vinícolas que se estabeleceram, motivadas pelas condições ambientais, como a altitude. A Tabela 10 apresenta as áreas de lavouras permanentes, com seus respectivos valores de produção da Serra Catarinense.

**Tabela 10: Área plantada e valor de produção das lavouras permanentes na Serra Catarinense**

Lavoura Permanente 2008	Área Plantada (ha)	Valor de Produção (mil reais)
Caqui	39	523
Erva-mate	36	71
Laranja	1	4
Maçã	9.952	231.931
Pêra	116	1.294
Pêssego	36	445
Uva	221	2.658

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.  
Elaboração: Moisés Savian

Portanto na Serra Catarinense, as dinâmicas sócio-espaciais consolidaram uma distribuição de terras desigual, em que na atualidade ocorre um paisagem predominantemente formada pelos campos naturais e pelos reflorestamentos. A agricultura familiar insere-se nesta região obtendo renda da bovinocultura de corte e de áreas de lavouras permanentes (especialmente a maçã) e temporárias (especialmente milho e feijão), e desenvolvendo projetos de longo prazo com os reflorestamentos em áreas menos próprias para agropecuária.



### **3. A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR EM PONTE ALTA**

O município de Ponte Alta foi criado e instalado em 1961 a partir da separação de Curitibaanos. Com uma trajetória sócio-histórica muito próxima da região da Serra Catarinense, o local onde está localizado a sede do município inseria-se na rota de gado do Rio Grande do Sul para São Paulo e se constituía de uma parada das tropas que por ali circulavam. Posicionado na área central de Santa Catarina, faz divisa com os municípios de Correia Pinto e Palmeira ao sul, Otacílio Costa ao leste, Pouso Redondo e Mirim doce ao Norte e Curitibaanos ao oeste, conforme Figura 3.

O município possui uma população de 4841 pessoas, cerca de 6,3% a menos que no ano 2000 (IBGE, 2010). Sua economia produz um PIB de R\$ 51.844 mil, fortemente ligado a atividade agropecuária, que representa 40,6% da economia municipal, e aos serviços, que representam 44,1%, possuindo também um pequeno parque industrial com 11,3% do PIB total (IBGE, 2007).

A importância da agropecuária pode ser percebida pelo número de pessoas ocupadas no setor, que segundo dados do IBGE (2006), 999 pessoas estavam ligadas diretamente aos estabelecimentos agropecuários, destes 665 são homens e 334 são mulheres. Enquanto que nas 123 empresas<sup>35</sup> do município estavam ocupadas 794 pessoas, destes 666 assalariados recebendo em média 1,8 salários mínimos. (IBGE, 2010)

---

<sup>35</sup> A fonte dos dados não faz a divisão quanto ao setor econômico (Agropecuária, Serviços e Indústria), podendo ocorrer pessoas ocupadas nas empresas que desenvolvem atividades agropecuárias.

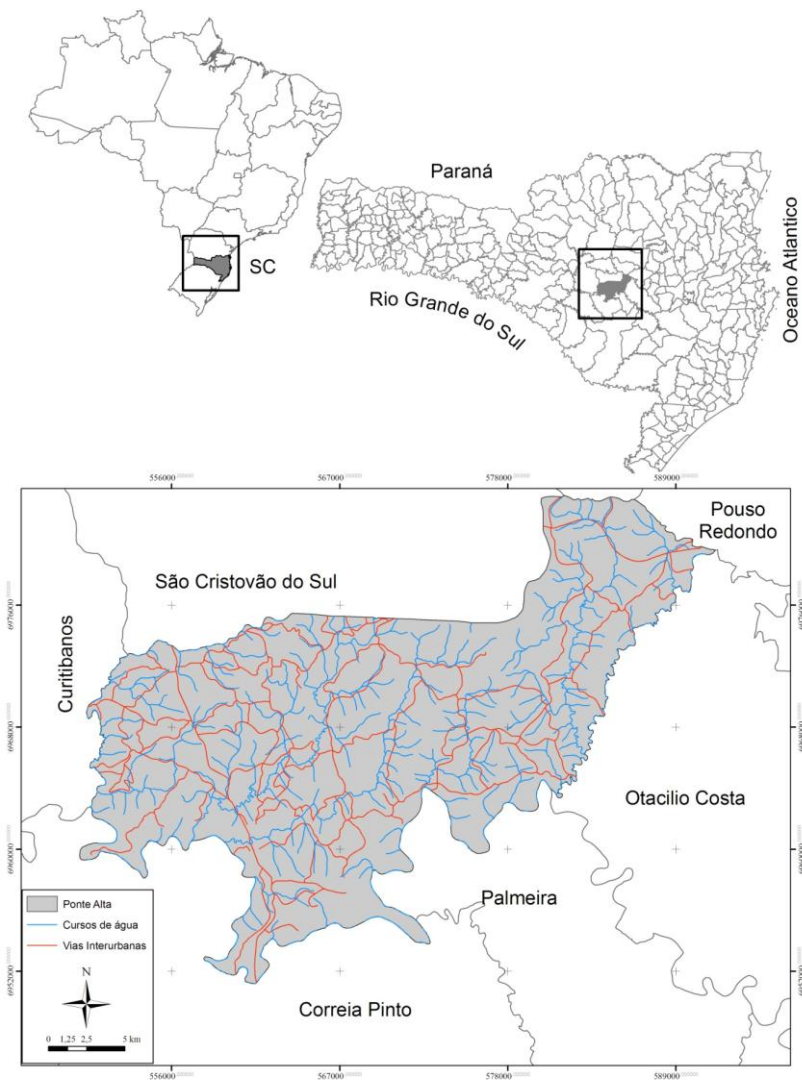


Figura 3: Localização do Município de Ponte Alta em Santa Catarina, com detalhamento das estradas interurbanas e hidrografia.

A área rural do município divide-se, segundo IBGE (2006), em 501 estabelecimentos agropecuários, com predomínio (96,8% do total) de proprietários individuais que possuem 68,6% da área agropecuária do município; enquanto a categoria “Sociedade Anônima ou Cotas”<sup>36</sup> possui sete estabelecimentos, que detém 28,2% da área, de propriedades de empresas que utilizam as áreas para reflorestamento de pinus. Na Tabela 11 encontram-se os números de estabelecimentos agropecuários classificados quanto à condição legal do produtor<sup>37</sup>, bem como a área de cada agrupamento.

**Tabela 11: Número de estabelecimentos agropecuários e tamanho da área, com relação à condição legal do produtor.**

Condição Legal do Produtor	Número de Estabelecimentos	Área (ha)	% Área Total
Total	501	40.910	100,0
Proprietário Individual*	485	27.995	68,4
Sociedade de Pessoas	6	1.294	3,2
Sociedade Anônima ou Cotas	7	11.516	28,2

\* Compostos por Proprietário Individual (419), Ocupante (22) e Assentado sem titulação definitiva (44);

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: Moisés Savian

A maioria dos estabelecimentos agropecuários em Ponte Alta são constituídos por pequenas áreas. Dados de ICEPA (2005) afirmam que o município possui 422 estabelecimentos agropecuários, destes 252

<sup>36</sup> IBGE considera a categoria “Sociedade Anônima ou Cotas” os estabelecimentos agropecuários que são de propriedade de empresas constituídas como pessoas jurídicas de direito privado. A sociedade anônima é, segundo Almeida, D.B (2011, p. 1), de natureza eminentemente mercantil, em que o capital social é dividido em ações de igual valor, que são de livre negociabilidade através da compra e venda de ações. Os sócios não estabelecem nenhum contrato entre si. A sociedade por cotas de responsabilidade limitada, segundo Lopes (2011, p.2), o capital é representado por quotas, sendo a responsabilidade dos sócios delimitada pelo montante do capital investido.

<sup>37</sup> Foram consideradas apenas as categorias de condição legal do produtor que apresentassem um número de estabelecimentos agropecuários superior a dois estabelecimentos. Com base neste, foram excluídas as categorias “Cooperativa” com um registro e “Outra Condição” com dois registros. Ainda quanto a condição do produtor, verificou-se oito produtores na condição de “Arrendatário” com 294 ha e nenhum registro na condição de “parceiro”.

são áreas menores que 50 hectares, correspondendo a 59,7% do total. Somando-se os estabelecimentos maiores que 50 até 100 hectares, estes correspondem a 76,8% do total. Utilizando como critério de enquadramento na categoria agricultura familiar o tamanho da área, conforme a Lei 11.326, existiam 319 estabelecimentos com áreas menores que quatro módulos fiscais, ou seja, 75,6% do total.

Com base nestes dados e nas observações realizadas, foi possível perceber a presença significativa da agricultura familiar no município. Baseado nisso, Ponte Alta foi escolhido como local para ser executado o trabalho de campo desta pesquisa. Resalva-se que mesmo ocorrendo à presença da agricultura familiar na região, está é inferior a outras regiões do estado.

A seguir, são apresentados dados da atividade econômica da agricultura familiar em Ponte Alta, com objetivo de compreender as dinâmicas econômicas do município e com o intuito de complementar os dados apresentados anteriormente sobre a Serra Catarinense. Relata-se a metodologia utilizada e os resultados obtidos da pesquisa realizada a campo, bem como as reflexões elaboradas com base na bibliografia e na observação direta junto aos agricultores.

### **3.1 As atividades econômicas da agricultura familiar em Ponte Alta**

Na paisagem de Ponte Alta predominam aspectos gerais da Serra Catarinense, sendo composta pelos campos e florestas naturais e pelos reflorestamentos. Também ocorrem, em áreas menos extensas, as lavouras temporárias. Não ocorrem no município lavouras permanentes para produção comercial, existindo apenas pequenos pomares para o consumo familiar. Os dados de IBGE (2006) confirmam esta utilização das terras, conforme Tabela 12.

Das lavouras temporárias, as maiores áreas são de feijão (600 hectares) e milho (1.200 hectares). As atividades com maior participação no total regional são o alho (33,3% do total), batata doce (80,7%), mandioca (38,5%) e melancia com (33,3%). Outra atividade de destaque no município, não avaliada nos dados secundários do IBGE, é a moranga, que devido a sua grande ocorrência e importância, conferiu a

Ponte Alta o título de “Capital Estadual da Moranga”. A Tabela 13 apresenta o detalhamento das lavouras temporárias.

**Tabela 12: Categorias de utilização da terra: número de estabelecimentos e a área**

Utilização das Terras	Nº de Estabelecimentos	Área (ha)	% Área Total
<b>Total</b>	<b>501</b>	<b>40.910</b>	100,0
Lavoura Temporária	292	3.434	8,4
Pastagem Plantada	182	3.570	8,7
Pastagem Natural	357	7.884	19,3
Essências Florestais	118	9.434	23,1
Essências Florestais e Pastejo	12	477	1,2
Florestas Naturais	338	8.585	21,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: Moisés Savian

A cultura da moranga foi introduzida por um descendente de japoneses, que repassou as técnicas de cultivo a um agricultor da comunidade do Cerro Verde, e a partir dele, mais produtores iniciaram a atividade fazendo com que cultura se expandisse. No início muitas foram às dificuldades enfrentadas pelos produtores, que em geral utilizavam pouca tecnologia e tinham baixa produtividade, pois a disponibilidade de recursos e crédito era baixa, o que não permitia que os produtores adquirissem os insumos para produção (calcário, sementes e agroquímicos). Com uma relação muito próxima aos técnicos que trabalhavam na ACARESC, aos poucos foram conquistando ganhos significativos em produtividade. Na atualidade, segundo informações da Secretaria de Agricultura do Município, são produzidos anualmente entre 700 a 900 hectares de moranga.

**Tabela 13: Lavoura temporária em Ponte Alta e a participação na área regional da cultura**

Espécie	Área Plantada (ha)	% Área Plantada Regional
Alho	30	33,3
Arroz	15	3,9
Batata Doce	25	80,7
Batata Inglesa	25	1,1
Cebola	5	0,4
Feijão	600	3,6
Fumo	21	2,5
Mandioca	30	38,5
Melancia	20	33,3
Milho	1.200	2,5
Soja	200	1,7
Tomate	5	2,5

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.  
Elaboração: Moisés Savian

As pastagens naturais e plantadas somam 11.454 hectares, correspondente a 28,1% da área total dos estabelecimentos. Estas são utilizadas especialmente para a atividade de bovinocultura de corte, na qual o município possui 18.300 cabeças. Na produção de animais, destaca-se a avicultura, da qual o município é responsável por 36,0% do efetivo do rebanho de galinhas, 37,3% de galos, frangos e pintos e por 37,8% da produção de ovos da região (IBGE, 2008). A elevada produção avícola ocorre devido à existência de uma grande empresa ligada ao ramo.

As essências florestais correspondem a 23,1% da utilização das terras, contribuindo significativamente na produção regional de madeira para diversas finalidades. Da madeira utilizada para a produção de papel e celulose, Ponte Alta fornece 8,9% do total regional, sendo o terceiro<sup>38</sup>

<sup>38</sup> A produção de madeira para papel e celulose está especialmente concentrada nos municípios de Otacílio Costa (53,8% do total), Bocaina do Sul (17,1%), Ponte Alta (8,9%), Palmeira

município em produção. A significativa expansão desta atividade está ligada a proximidade com o município de Otacílio Costa, responsável por grande parte da madeira processada, e com a empresa Klabin, uma das maiores empresas de papel e celulose do Brasil, localizada no município de Correia Pinto, às margens do Rio Canoas, divisa com Ponte Alta.

Contribuem ainda para expansão das essências florestais em Ponte Alta, a madeira em tora utilizada nas serrarias, produzindo 11,9% do total regional sendo o terceiro município em produção, e da madeira em tora utilizada para outras finalidades<sup>39</sup>, correspondendo a 18,1% do total regional sendo o segundo município em produção.

Em Ponte Alta, a agricultura familiar insere-se diretamente na produção e comercialização de bovinos e nas lavouras temporárias. Nas atividades florestais participam com áreas próprias arrendadas para empresas ou com plantios visando renda em longo prazo, e ainda com a prestação de serviços em plantios, roçadas e desramas, para vizinhos ou empresas. Contribuem também para a manutenção da economia da agricultura familiar rendas oriundas do trabalho não-agrícola, como o comércio, e aquelas provenientes de aposentadorias.

### **3.2 Metodologia da Pesquisa**

Para o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa, realizou-se atividade de coleta de dados e informações no município de Ponte Alta. A pesquisa foi dividida em duas etapas, sendo a primeira composta por três visitas exploratórias<sup>40</sup> com objetivo de criar condições favoráveis para a execução dos trabalhos. Nestas, foram realizadas

---

(4,9%) e Correia Pinto (3,4%).

<sup>39</sup> A finalidade diz respeito ao objetivo do plantio florestal. EMBRAPA (2005) afirma que o principal uso do Pinus é como fonte de matéria-prima para as indústrias de madeira serrada e laminada, chapas, resina, celulose e papel, enquanto o Eucalipto é utilizado para papel e celulose, siderurgia a carvão vegetal, lenha, serrados, compensados e lâminas (EMBRAPA, 2003).

<sup>40</sup> Para Rocha e Eckert (2008, p.10) “As primeiras inserções no universo de pesquisa, conhecidas como “saídas exploratórias” são norteadas pelo olhar atento ao contexto e a tudo que acontece no espaço observado.”

entrevistas não-diretivas<sup>41</sup> com técnicos ligados a Secretaria Municipal da Agricultura, a EPAGRI, ao programa Microbacias<sup>42</sup> e a CIDASC. A partir das visitas exploratórias obteve-se uma descrição das comunidades rurais com ênfase a presença de agricultores familiares e possibilidade de sucessão.

As comunidades selecionadas para o estudo de caso foram definidas na primeira etapa, sendo Cerro Verde I, Cerro Verde II e Ponte Altinha. Definidas as comunidades realizou-se a participação nos espaços de interação comunitária (encontros religiosos, reuniões e festas), buscando o contado direto e a observação dos sujeitos. A participação do pesquisador nos espaços de interação comunitária teve como objetivo a aproximação entre o pesquisador e a população estudada criando as condições favoráveis para o desenvolvimento da pesquisa na comunidade.

A segunda etapa compreendeu a coleta de dados nas comunidades selecionadas para o estudo de caso. Primeiramente foi realizado o mapeamento das três comunidades, relacionando o número de casas, famílias e filhos. Este mapeamento foi realizado através de entrevista a duas lideranças comunitárias, e teve como objetivo conhecer a composição das famílias bem como orientar os questionários que foram aplicados.

O número total de filhos por família foi dividido em três categorias: jovens residentes na comunidade, menores de 14 anos e filhos não residentes na comunidade. Em geral, a categoria juventude é utilizada como um período de transitoriedade na vida dos indivíduos, segundo Abramo (1997, p. 26) a juventude é um momento posterior à infância, que envolve a adolescência e a juventude propriamente dita. Durston (1994, apud CARNEIRO, 1998) acredita que “a fase juvenil se

---

<sup>41</sup> Na entrevista não-diretiva ou não-dirigida o pesquisador introduz assuntos de interesse da pesquisa em conversas informais com o entrevistado. Para Martins (1994, p. 4) esta modalidade de entrevista constitui “parte dos estudos exploratórios para preparar o questionário-padrão ou é concebido como meio de aprofundamento qualitativo da investigação.”

<sup>42</sup> Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRAPEM/MICROBACIAS 2), desenvolvido pela Secretaria do Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e do Governo do Estado <[www.projeticmicrobacias.sc.gov.br](http://www.projeticmicrobacias.sc.gov.br)>.



caracteriza por uma gradual transição até a assunção plena dos papéis adultos em todas as sociedades, tanto rurais como urbanas (...) Pode-se dizer que a juventude dura desde o término da puberdade até a constituição do casal e de um lar autônomo.”

Para classificação da categoria “jovem” recorre-se a definição de uma faixa etária que melhor expresse esta condição vivida pelos indivíduos. Para Brumer (2007, p. 35) “existe algum acordo na consideração da faixa etária de 15 a 24 anos, *grosso modo*, como o período da juventude, e a noção dependente tanto da auto-identificação como do reconhecimento de outros.” Considerando os conceitos expostos por Abramo (1997) e Durston (1994) entende-se que a faixa etária de 14 a 29 anos é mais representativa para o caso estudado, pois absorve os jovens residentes nas comunidades, que ainda não formaram um novo núcleo familiar.

Após o mapeamento, foram aplicados dois questionários<sup>43</sup> semi-estruturados, um destinado ao responsável pelo estabelecimento rural, e outro direcionado ao sucessor ou candidato a sucessão. No primeiro buscaram-se aspectos da estrutura familiar (número de filhos, idade, escolaridade, ocupação atual e local de residência), consumo doméstico, estrutura produtiva e aspectos da comercialização, meios disponíveis de informação e comunicação, rendas não-agrícolas e informações relacionadas à sucessão geracional. Assim, o questionário aplicado ao responsável apresenta características referentes aos pais e aspectos gerais do estabelecimento no qual os jovens se inserem. No segundo, buscou-se levantar aspectos de gestão do estabelecimento, divisão e remuneração do trabalho, análise da condição atual e perspectivas futuras dos jovens e as experiências urbanas. Foram aplicados quatorze questionários aos responsáveis, oito a famílias com pelo menos um filho residente e seis a famílias sem filhos residentes; e nove questionários aos sucessores ou candidatos a sucessão, totalizando vinte e quatro questionários.

A aplicação dos questionários teve como objetivo complementar e aprofundar a análise qualitativa dos estabelecimentos auxiliando na análise das comunidades em questão, entretanto os dados não podem ser extrapolados para as demais comunidades do município.

---

<sup>43</sup> Questionários em Anexo.

### 3.3 As comunidades rurais de Ponte Alta

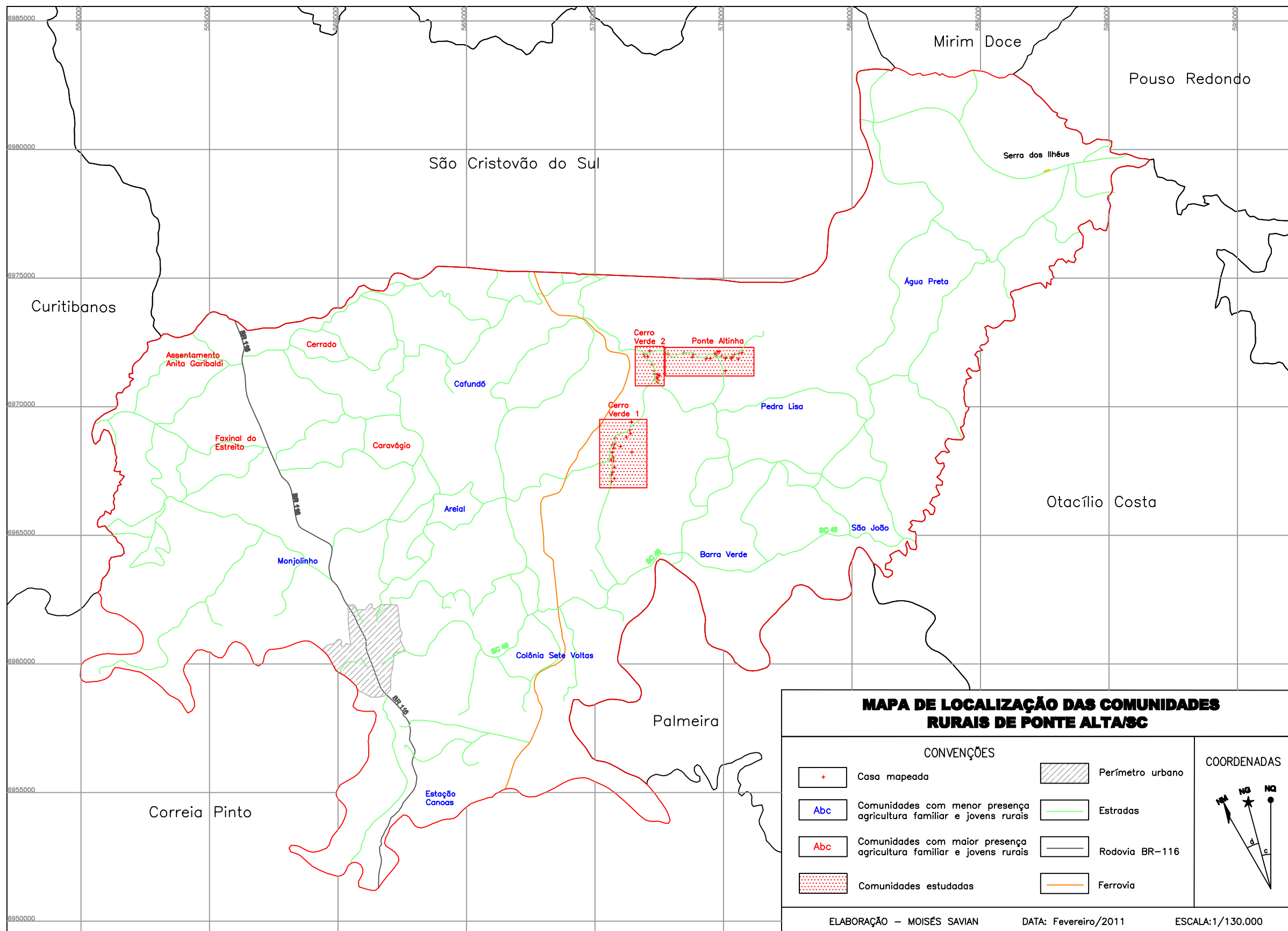
Em Ponte Alta as comunidades mais antigas são definidas de acordo com as estradas municipais rurais e por unidades da igreja católica, denominadas de capelas, e as mais recentes foram originadas por assentamento da reforma agrária e reassentamento de atingidos por barragens. As comunidades rurais podem ser entendidas como um grupo de pessoas que vivem em um determinado local e que interagem ocasionalmente.

A partir de relatos dos técnicos, análise de documentos da prefeitura e visitas às diversas comunidades do município, foram verificadas dezesseis comunidades rurais. Depois de definidas as comunidades, realizou-se a classificação quanto ao predomínio da agricultura familiar e à existência de jovens residentes.

Constatou-se uma maior presença de agricultura familiar e jovens rurais nas comunidades de Cerro Verde I, Cerro Verde II, Ponte Altinha, Reassentamento Caravagio, Faxinal do Estreito, Cerrado e Assentamento Anita Garibaldi. Nas comunidades de Cafundó, Areial, Barra Verde, Pedra Lisa, São João, Colônia Sete Voltas, Monjolinho, Água Preta e Estação Canoas, verificou-se menor presença de agricultura familiar e jovens rurais. A localização das comunidades encontra-se na Figura 4, com destaque para as comunidades estudadas, apresentando também, as estradas rurais, a localização da rodovia BR-116, ferrovia e o perímetro urbano.

As comunidades de Ponte Altinha, Cerro Verde I e II foram selecionadas pela proximidade geográfica, pela presença da agricultura familiar e jovens residentes, como também por serem comunidades que tiveram seu surgimento ligado a formação do município.

Atualmente as comunidades em Ponte Alta funcionam como unidades de organização da população rural e se mobilizam com frequência, motivadas especialmente por eventos e festas religiosas, cursos de capacitação, ações de extensão rural (Projeto Microbacias) e também por questões políticas.



A religiosidade é bastante presente no cotidiano comunitário. Esporadicamente são realizadas as missões, que é um período em que são suspensos os trabalhos e atividades dos estabelecimentos, dedicando maior atenção para a religiosidade. Durante as missões cada comunidade recebe a visita de um padre missionário que realiza celebrações (missas), conversa com mulheres, crianças e jovens, atendimento a doentes, entre outras atividades.

Em geral, a comunidade se mobiliza também frente à necessidade de discussão e resolução de temas específicos. Para isto, as lideranças comunitárias promovem reuniões onde participam os membros da comunidade e representante da prefeitura. Durante a realização da pesquisa acompanhou-se reuniões promovidas com objetivo de discutir a organização da patrulha agrícola, o estado de conservação das estradas rurais e questões relacionadas à legislação ambiental.

### **3.4 A agricultura familiar nas comunidades de Ponte Altinha, Cerro Verde I e II**

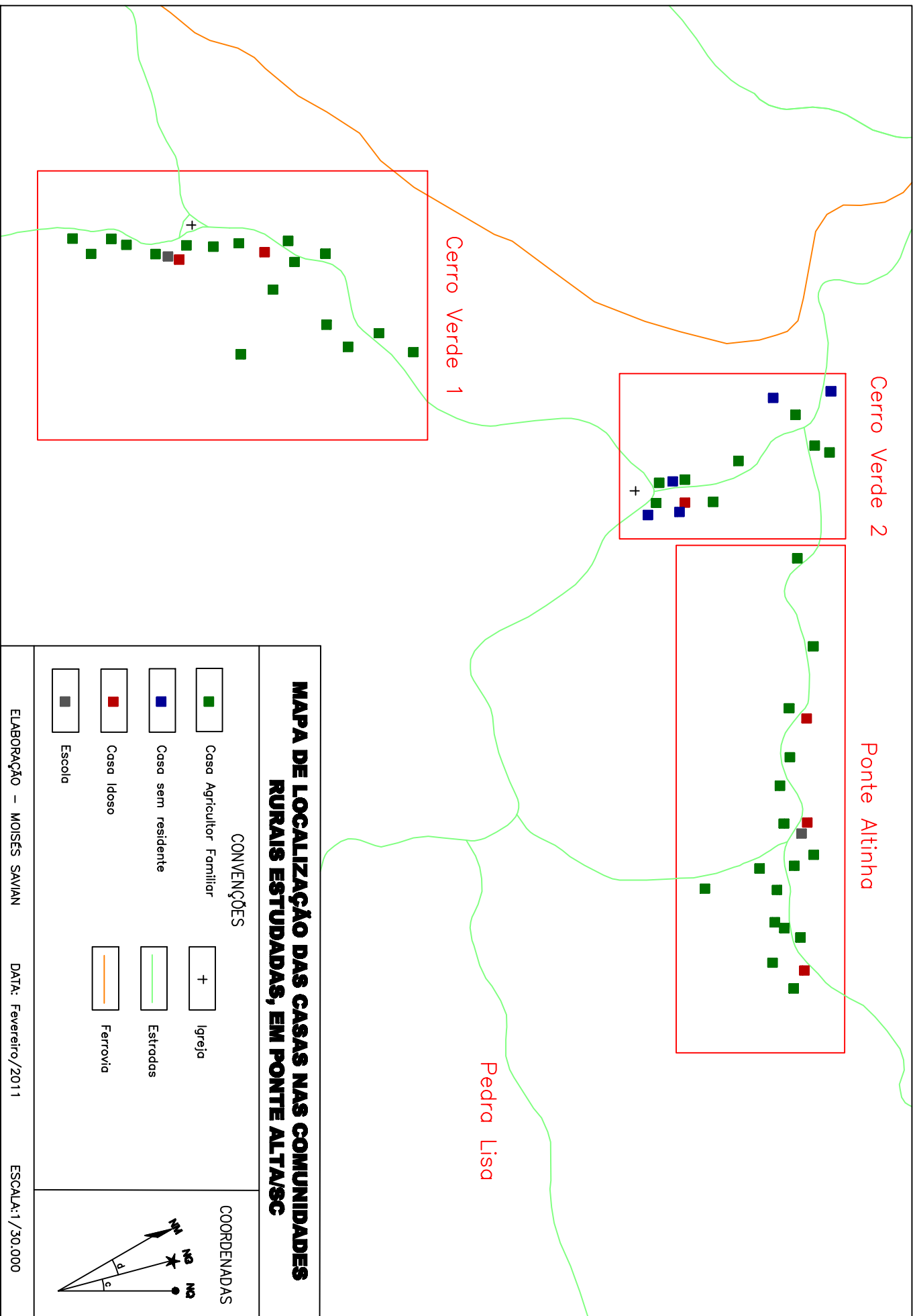
As comunidades estudadas situam-se a nordeste do espaço urbano do município, e tem seu acesso pela estrada municipal Cerro Verde. A comunidade mais próxima do núcleo urbano é a de Cerro Verde I, aproximadamente treze quilômetros, sendo seguida por Cerro Verde II e Ponte Altinha. O término da comunidade se dá no final da estrada municipal, na Serra dos Pires, divisa entre os municípios de Ponte Alta e São Cristovão do Sul.

Nas três comunidades existem 41 famílias e 52 casas. A separação entre “casas” e “famílias” considerou a existência de casas em que as famílias não residem atualmente, ou que são utilizadas para lazer e finais de semana (cinco casas) e outras habitadas por idosos que residem sozinhos e que os filhos residem no estabelecimento (seis), não chegando assim a constituir uma nova família. Em geral as casas estão próximas uma das outras (Figura 5), o que permite um intercâmbio freqüente entre os vizinhos. Na Figura 6 encontra-se o mapa de localização das casas nas comunidades estudadas.



Figura 5: Proximidade entre as casas da comunidade rural Cerro Verde 1.

As 41 famílias possuem 102 filhos, dos quais 29 residem nas comunidades sendo que destes 14 são jovens e 15 são menores de 14 anos. Os demais, 73 filhos, residem no espaço urbano de Ponte Alta e outros municípios. Com base nos questionários aplicados procedeu-se a análise da família e do responsável pelo estabelecimento, do consumo doméstico (equipamentos existentes no lar, da comunicação e mobilidade), da atividade econômica dos estabelecimentos e da sucessão geracional.



Cerro Verde 2

Ponte Altinha

Pedra Lisa

Cerro Verde 1

### 3.4.1 A família e o responsável pelo estabelecimento

O responsável pelo estabelecimento em geral é homem (85,7% dos casos) com idade média de 50 anos, nascido na comunidade ou vive na comunidade desde criança, possuindo o ensino fundamental incompleto (85,7% dos casos). As quatorze famílias, que responderam ao questionário, possuem 45 filhos, sendo 27 homens e 18 mulheres<sup>44</sup>.

A idade média dos filhos é de 25,1 anos, ocorrendo um predomínio de jovens (51,1%), enquanto menores de 14 anos representam 17,8% e maiores de 29 anos 31,1%. Quanto à escolaridade dos filhos, predomina o ensino fundamental incompleto com 44,4%<sup>45</sup>, seguido pelo ensino médio completo com 35,6%. Tiveram acesso ao ensino superior 6,6% dos filhos, sendo que 4,4% já concluíram e 2,2% estão com o curso incompleto.

A ocupação atual dos filhos é bastante diversa. Das famílias entrevistadas, permanecem no campo trabalhando no estabelecimento 33,3% dos filhos, estando incluído nestes os 17,8% que possuem menos de 14 anos. Dos demais 6,6% são agricultores (2,2% nas comunidades estudadas e 4,4% em outras localidades), o restante trabalham em ocupações urbanas diversas<sup>46</sup>. Estão desempregados 2,2% dos filhos.

Quanto ao local de residência atual dos filhos, 35,6% residem nas três comunidades e 17,8% na área urbana de Ponte Alta. Os demais, 15,6% residem em um dos outros 17 municípios da Serra Catarinense, 26,7% nos demais municípios do estado e 4,4% fora do estado de Santa Catarina (Gráfico 2).

---

<sup>44</sup> O predomínio de homens ocorreu, pois a aplicação do questionário foi dada buscando-se predominantemente em estabelecimentos que possuem filhos residentes.

<sup>45</sup> Uma parcela dos registros de Ensino Fundamental incompleto se deu pelos filhos menores que 14 anos que ainda estão estudando.

<sup>46</sup> Ocorreram registros das seguintes ocupações: Agricultor, Autônomo, Borracheiro, Comerciante, Corretor de Imóveis, Do Lar, Empregado Doméstico, Empresário, Funcionário Público, Metalúrgico, Pedreiro, Professor, Radialista e Trabalhador Madeireiro.

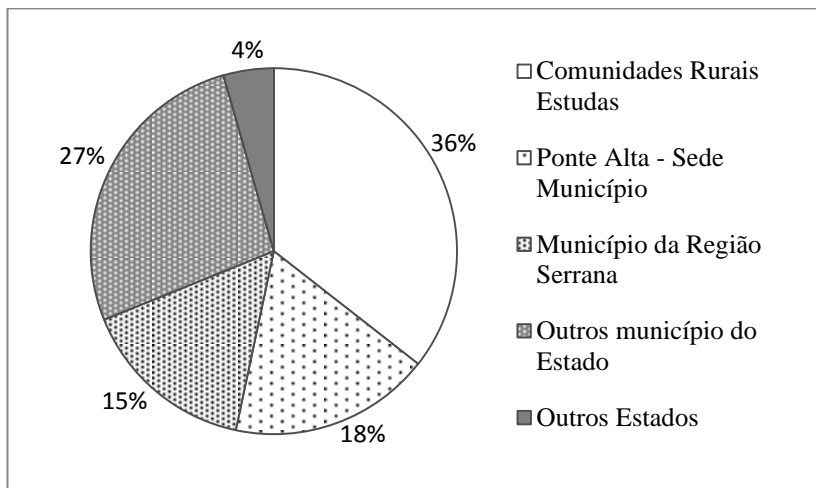


Gráfico 2: Local de residência dos filhos dos agricultores

Dos municípios da região o preferido é Correia Pinto que recebeu 71,4% dos filhos de agricultores que residem em outros municípios da Serra Catarinense, enquanto Lages, pólo regional, recebeu apenas 2,2% dos filhos dos agricultores. Isto ocorre devido a baixo crescimento e desenvolvimento que o município tem obtido nas últimas décadas, especialmente após o ciclo da madeira. Além de não ser o destino da população rural migrante da região, os moradores do perímetro urbano de Lages também tem buscado novas oportunidades em outros locais, o que fez com que a população reduzisse em 2,26% em 10 anos (IBGE, 2010).

Dos municípios do restante do estado, destaca-se Jaraguá do Sul, onde 15,6% do total dos filhos dos agricultores residem. A escolha por este, é motivada pela percepção de ser um local com grande disponibilidade de empregos e oportunidades e pelos relatos de familiares que migraram já na década de 90. Este município apresentou um crescimento populacional muito elevado na última década passando de 108.489 para 142.209 pessoas, o que corresponde a um incremento de 31,1%, valor este, muito superior ao do estado que foi de 15,4%.



### **3.4.2 Equipamentos do lar, de comunicação e de mobilidade**

O fornecimento de luz elétrica ocorre nas três comunidades e são distribuídas a todos os agricultores, possibilitando assim, o acesso a equipamentos domésticos. Os questionários aplicados revelaram que todos os agricultores da comunidade possuem geladeira, chuveiro elétrico, forno elétrico, máquina de lavar roupa e fogão a gás. O congelador aparece em 79% das casas e o microondas em 36%. Um menor número de casa possui também computador (21% dos casos).

Todas as residências possuem pelo menos uma forma de comunicação (telefone celular) e uma de informação (rádio). A televisão também é presente na grande maioria das residências (93%). Quanto ao telefone fixo, 43% possuem este equipamento, e a internet como mecanismo de comunicação e informação não ocorre em nenhuma das residências.

Quanto à mobilidade a comunidade possui formas particulares e públicas de transporte. A maioria das famílias, 79% do total, possui carro e 54,4% destas possuem também moto. Os que não possuem nem carro e nem moto são 21% das famílias. Quanto a veículos para o transporte de carga (caminhonete ou caminhão) apenas 7% os possuem. As comunidades possuem transporte público escolar e os moradores o utilizam com frequência como forma de se deslocar para a cidade.

### **3.4.3 Atividade econômica dos estabelecimentos**

Ao analisar as atividades econômicas dos estabelecimentos foi possível perceber que a partir das aposentadorias, rendas agrícolas e não-agrícolas as famílias conseguem promover o abastecimento alimentar dos seus membros e também a reprodução econômica das unidades de produção, mesmo que de forma precária do ponto de vista da produção agrícola e da acumulação produtiva.

As rendas não-agrícolas são presentes na maioria das residências, sendo que apenas 7% das famílias declararam não desenvolver nenhuma atividade não-agrícola. Quanto à origem das rendas não-agrícolas, as famílias recebem de prestação de serviços (36%), auxílio doença (21,4%), assalariamento como funcionário público (14,3%) e comércio (7,1%).

A renda proveniente de aposentadorias está presente em 42,8% dos estabelecimentos, sendo considerada por 14,3% dos agricultores maior parte da renda total familiar. Para 7,1% das famílias a aposentadoria é aproximadamente a metade da renda familiar, para 21,4% é uma renda complementar. Fica claro, a dependência de uma parcela das famílias pelas políticas de seguridade social, visto a ocorrência tanto da aposentadoria como auxílio doença.

Para 43% das residências, as rendas não-agrícolas somadas as aposentadorias, são a maior parte da renda da família e 14% consideram-nas a metade, revelando a importância destas para a manutenção da agricultura familiar nas comunidades estudadas. Para 36% do total, consideram-nas complementares a renda agrícola familiar.

### **3.4.3.1 Produção e comercialização agropecuária**

Para análise da produção agrícola no estabelecimento, solicitou-se aos agricultores informações sobre atividades desenvolvidas, o objetivo principal destas, se consumo ou comercialização, e que destacassem até três atividades mais importantes para a renda da família. Além disso, levantou-se informações sobre o processo de comercialização e as principais dificuldades relativas à renda agrícola.

A área média das famílias é 49,5 hectares. A maioria das famílias não possui máquinas e implementos em seu estabelecimento, sendo que 93% declararam utilizar os implementos da prefeitura com

frequência, apenas 28% declararam possuir tratores ou micro-tratores. A utilização dos equipamentos da prefeitura se faz necessária para a grande maioria, mesmo para aqueles que têm trator e algum implemento, por não possuírem trator de potência suficiente para as operações desejadas ou por não possuírem os implementos necessários às operações a serem realizadas.

Das atividades realizadas para o consumo destacaram-se as hortaliças, desenvolvidas por 85,7% das famílias, e o milho (78,6%). Houveram registros de pinhão, moranga, leite, feijão, batata, mandioca e animais como suínos, ovelhas e galinhas. Verificou-se que as famílias não possuem dificuldades na produção de alimentos, com vistas ao abastecimento das necessidades alimentares de seus membros.

Na produção voltada à comercialização teve destaque a bovinocultura de corte, desenvolvida por 85,7% das famílias, o feijão (71,4%), a moranga (64,3%) e o leite (50%). Houve registros também de produção de mel, milho, pinhão, hortaliças e carvão. Quanto à rentabilidade foram consideradas mais rentáveis as atividades que tem maior ocorrência, com exceção do leite que nenhum produtor colocou-o entre os mais rentáveis.

Destaca-se a bovinocultura, em que dos produtores que desenvolvem esta atividade, a grande maioria (91,7%) consideraram uma das atividades mais rentáveis. Acredita-se que tanto a grande ocorrência como a percepção da rentabilidade da bovinocultura se dá pela forma com que ela se insere na agricultura familiar da região<sup>47</sup>.

Na comercialização os agricultores desenvolvem relações de mercado e operam determinados canais de comercialização conforme o produto. No caso do feijão, a venda se dá diretamente a cerealistas localizados nos municípios de Curitiba e São José do Cerrito. Com a moranga, os agricultores realizam a venda direta para a região sudeste do país, ou comercializam com atravessadores locais ou que circulam pela comunidade durante o período de colheita. Um dos agricultores declarou produzir hortaliças para entregar ao governo federal através do PAA.

---

<sup>47</sup> A inserção da bovinocultura de corte na agricultura familiar está descrita no Capítulo 2.

Os bovinos são comercializados para abatedouros da região da Serra Catarinense e outros municípios do estado, ou para o mercado local através da venda para vizinhos e conhecidos. O leite é entregue a laticínios que atuam na região. O milho é plantado com objetivo, em sua grande maioria, a alimentação dos animais do estabelecimento, existindo agricultores que comercializam aos vizinhos ou para empresa avícola estabelecida no município.

Dentre os entrevistados, 35,8% das famílias declaram possuir áreas de reflorestamentos, sendo que a atividade não é classificada por nenhuma destas como uma das mais rentáveis. Existe na comunidade do Cerro Verde II uma carvoaria que produz e embala o produto e entrega-o no mercado da região.

As principais dificuldades apresentadas pelos agricultores para o desenvolvimento das atividades agropecuárias foram à falta de máquinas, o custo dos insumos e dificuldades na comercialização, com destaque para os baixos preços recebidos pelos produtos agropecuários.

#### **3.4.4 A sucessão geracional**

A sucessão geracional é entendida como um processo pelo qual é constituída uma nova geração de indivíduos que permanecem no campo, assumindo o comando do estabelecimento e dando continuidade às atividades profissionais paternas, sendo os filhos dos agricultores os possíveis sucessores. Neste sentido, buscou-se compreender tanto em relação à perspectiva dos pais quanto dos filhos, como eles vislumbram o futuro do estabelecimento rural e as perspectivas de sucessão.

A pesquisa foi conduzida no sentido de compreender as possibilidades de sucessão, através da análise dos possíveis sucessores, seus interesses e das condições objetivas que vivem e trabalham. Como grande parte dos filhos não reside nas comunidades, a pesquisa tentou

captar a percepção dos pais quanto às motivações da saída do campo e a possibilidade de retorno de seus filhos.

As 41 famílias estudadas possuem 102 filhos. Destes, 29 residem na comunidade e os demais, 73 filhos, residem no espaço urbano de Ponte Alta e outros municípios. Estes dados demonstram que 71,6% dos filhos dos agricultores das comunidades estudadas não reside na comunidade e não está envolvido diretamente com as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos rurais.

Sobre as motivações para a saída dos jovens do campo, os responsáveis pelo estabelecimento avaliam que os principais fatores são a renda e o trabalho, pois as dificuldades de obtenção de renda no campo se contrapõem com as possibilidades da cidade. No campo são colocadas como dificuldades, especialmente, a pouca disponibilidade de terra e os baixos preços pagos pelos produtos agropecuários. Enquanto a cidade é percebida como o local onde é possível obter renda e que os riscos podem ser minimizados, através do pagamento mensal, da carteira assinada e de possíveis vantagens, como plano de saúde, oferecido pelas empresas. A esta perspectiva soma-se a diferença das condições objetivas do trabalho, ou seja, o trabalho no estabelecimento rural é considerado mais penoso para quem o executa. Para alguns pais, a perspectiva de vida na cidade é uma ilusão, só se viabilizando para quem tem maior escolaridade.

Na perspectiva dos filhos a obtenção de renda é um dos fatores fundamentais, ao qual se somam as possibilidades de lazer e a harmonia das relações domésticas. Para alguns jovens a saída do campo pode romper com o isolamento sentido no espaço rural, bem como, propiciar maiores possibilidades de lazer e diversão. Para outros, alguns jovens saem de casa quando buscam fugir dos conflitos domésticos.

Mesmo reconhecendo as dificuldades de produzir renda no campo, a grande maioria dos pais declarou motivar os filhos para que permaneçam. Entre as principais razões, está o desejo de manter os filhos próximos dos pais, a preservação do patrimônio<sup>48</sup> e a segurança frente à violência<sup>49</sup>. Os filhos declararam receber apoio, sendo que a

---

<sup>48</sup> Marco, 57 anos: “Se no campo é difícil na cidade é pior. É melhor cuidar do que é da gente.”

<sup>49</sup> Cleuza, 44 anos: “No sítio tem mais segurança, mais tranquilidade, menos problemas com

maioria afirmou que os pais apóiam bastante a permanência no estabelecimento rural.

O campo poderia ser mais atrativo aos jovens, segundo a análise dos pais, se existissem políticas públicas para aquisição de terra, lazer, apoio técnico, educação profissional e incentivo à renda agrícola, com a diminuição dos custos dos insumos e melhores preços para os produtos agrícolas. Para alguns a permanência no campo só seria viabilizada se houvesse a instalação de empresas que fornecessem empregos e salários. Quando perguntados se as condições econômicas de renda e produção melhorassem os filhos permaneceriam no campo, quase a totalidade respondeu que sim.

A possibilidade de nenhum filho permanecer na terra é enfrentada de maneiras bastante distintas pelos pais. Para alguns é uma fatalidade. Quando perguntados o que fariam se nenhum dos filhos desejasse permanecer na terra responderam:

“Ficaria triste! Nem é bom pensar nisso! Sei lá, acho que arrumaria alguém. Venderia a terra nas últimas hipóteses.” Jandira, 43 anos.

“Essa é uma pergunta brava! (risos). Não tenho idéia.” Tadeu, 60 anos.

“Esse é complicado ... é esse é complicado.” Ataíde, 51 anos.

Para outro, este fato é algo certo e é enfrentado com tranqüilidade:

“Estamos felizes com o futuro deles. Deixamos eles viverem a vida deles” Salete, 60 anos

As famílias não possuem estratégia definida caso os filhos não queiram ficar no estabelecimento. Preferem esperar o tempo passar e decidir futuramente. Os pais não pensam em sair, apenas por algum motivo especial, como por exemplo, para tratamento de saúde. O encaminhamento mais provável é utilizar as áreas para reflorestamentos, sendo possível aumentar a renda familiar através de arrendamento para empresas que pagam uma mensalidade, ou como investimento familiar.

Quanto às possibilidades de sucessão, das famílias entrevistadas, 50% acreditam que tem filhos que desejam permanecer no campo, sendo que dessas 57,1% já sabe quem ficará. Outras 36% afirmam que os filhos não desejam permanecer no campo e reconhecem que ninguém ficará ou provavelmente ninguém ficará. Para 14% das famílias a permanência ou não dos filhos ainda esta indefinido.

Estes dados apontam para a permanência de algum filho em uma parcela dos estabelecimentos e a ausência de sucessão em outras, o que compromete a reprodução da agricultura familiar em Ponte Alta.

#### **3.4.4.1 Os jovens rurais e a sucessão geracional**

As relações estabelecidas entre pais e filhos no trabalho da unidade de produção familiar são importantes no processo de sucessão geracional, podendo em muitos casos serem definidoras. Todos os jovens entrevistados afirmaram concordar com a forma que o estabelecimento rural é administrado por seus pais e com os novos investimentos, e que os pais sempre escutam e pensam sobre as sugestões propostas pelos jovens, às vezes até acatando.

Quanto ao trabalho desenvolvido todos participam de diversas atividades, não existindo uma função definida. O trabalho doméstico é mais presente no dia-a-dia das moças, entretanto não é exclusividade destas, pois rapazes declaram auxiliar nas atividades domésticas. A remuneração do trabalho, em sua grande maioria, é feita através do pedido aos pais quando existe a necessidade de dinheiro. Os jovens declaram também que recebem algum dinheiro de tempos em tempos e quando ocorrem boas colheitas e safras. Parte dos jovens trabalha também, esporadicamente, para os vizinhos na condição de diarista.

A renda das atividades econômicas do estabelecimento é considerada, pela maioria dos jovens das comunidades estudadas, suficientes para manter a família e poderiam levar uma maior capitalização, através da aquisição de mais bens, como terra, gado e

computador, por exemplo. Alguns jovens destacaram a renda de aposentadoria e de atividades não-agrícolas desenvolvidas pelos pais.

Quanto às possibilidades de trabalho e renda na cidade, 54% dos jovens consideram que para eles existem oportunidades melhores que no campo, e 46% acreditam que o campo é melhor. Em grande medida, esta perspectiva é influenciada pela percepção que estes têm dos seus conhecidos que foram para a cidade, os quais hoje, segundo os jovens, estão iguais à antes ou melhoraram de vida<sup>50</sup>. Dos jovens entrevistados, dois deles já migraram para a cidade e retornaram para a comunidade. Quanto às experiências vividas, os relatos apresentam-se diferenciados, de um lado um jovem que teve experiência positiva e outro que retornou devido a problemas com a violência:

“Cresceu minha percepção de mundo, fiquei cinco anos em Jaraguá do Sul, trabalhando e estudando com pouco espaço livre, até consegui iniciar a faculdade” Fabrício, 24 anos

“Trabalhei dois meses em um restaurante em Florianópolis, o problema era a moradia, muita gente, drogado, bêbedo e traficante. Acabei saindo por causa da violência.” Nelson, 24 anos

As perspectivas futuras dos jovens se dividem entre aqueles que desejam ser agricultores e acreditam que provavelmente serão (44,5%), os que desejam ser e vêem dificuldades em concretizar (22,2%) e os que não desejam ser agricultores (33,3%). O desejo futuro mostrou uma relação com os possíveis investimentos dos jovens. Quando perguntados aonde investiriam se tivessem dinheiro disponível, 66,6% investiriam em terra ou outra atividade no estabelecimento e 33,3% investiriam em estudo, mostrando uma tendência pela busca por escolaridade para aqueles que desejam viver na cidade.

Os que desejam ser agricultores gostam de viver e morar no campo e pretendem cuidar do patrimônio da família. Aqueles que vêem dificuldade ressaltam os problemas na produção agrícola e a necessidade de melhorar a estrutura de produção (terra e máquinas). Os que desejam

---

<sup>50</sup> Nenhum jovem relatou que conhecidos que foram para a cidade pioraram de vida. Um jovem fez a ressalva, afirmando que muitos tinham baixíssima qualidade de vida, sendo “difícil piorar” na cidade.



morar e trabalhar na cidade acreditam que o trabalho no campo não incentiva e vêem melhores oportunidades na cidade.

Sobre o futuro da unidade familiar, 77,8% dos jovens acreditam que alguém ficará, sendo que destes, 57,1% já sabem quem ficará no estabelecimento. Para 22,2% provavelmente ninguém ficará, demonstrando que mesmo os estabelecimentos onde existem jovens residentes possuem possibilidades de não ocorrer à sucessão. Para os jovens a saída do campo é motivada pela obtenção de renda, especialmente, e pelas possibilidades de lazer da cidade e pelos conflitos domésticos.

### **3.5 A importância da renda para a sucessão geracional da agricultura familiar no município de Ponte Alta**

As comunidades rurais estudadas no município de Ponte Alta apresentam em sua economia uma significativa participação de rendas não-agrícolas e aposentadorias, as quais 57% das famílias consideram na metade ou mais do total de sua renda. Quanto às rendas agrícolas, as principais atividades são a bovinocultura de corte, feijão e moranga. A utilização de máquinas e implementos, na maioria dos casos, é dependente da ação da prefeitura, mesmo para os produtores que possuem tratores ou micro-tratores, pois seus implementos são insuficientes para o desenvolvimento das atividades.

A partir das aposentadorias, rendas agrícolas e não-agrícolas, as famílias demonstram não conseguir acumular capital produtivo, com exceção de algumas, que tiveram na última década, pequenas capitalizações através da aquisição de bens como máquinas, implementos, animais e terras, entretanto tem efetivado uma estrutura de equipamentos do lar (geladeira, chuveiro elétrico, forno, máquina de lavar roupa e fogão a gás) que possibilitam razoáveis condições de vida. Além destes, possuem também equipamentos de comunicação e informação como celular, rádio e televisão e de mobilidade como o automóvel (79% das famílias).

Na percepção de quase a totalidade dos jovens entrevistados, a renda obtida nos estabelecimentos é suficiente para manter a família e poderia levar à compra de mais bens e terras, ficando claro o entendimento que as atividades econômicas desenvolvidas pela família atendem as expectativas de consumo e possibilitam a capitalização. No entanto, para pais e filhos os fatores motivadores da saída dos jovens do campo são, especialmente, as condições de trabalho e renda. As afirmações apresentadas colocam uma aparente contradição, que suscita a seguinte questão: Por que pais e filhos afirmam que os principais fatores motivadores da saída do campo são as condições de trabalho e renda, se acreditam que a renda obtida é suficiente para atender o consumo da família possibilitando inclusive a capitalização?

De fato, as rendas obtidas são suficientes para atender ao consumo da família e a aquisição de equipamentos domésticos, porém, permitem uma baixa capitalização produtiva. Os relatos dos agricultores apresentaram que apenas alguns conseguiram adquirir novos bens na última década, sendo que o capital eventualmente acumulado é investido em bovinos, até o limite de lotação de suas áreas.

Entende-se também, que a decisão de permanecer ou não no campo perpassa por outros fatores do que a remuneração obtida e as perspectivas de capitalização, sendo influenciada pelas características do trabalho, como o tipo de trabalho desenvolvido, sua penosidade, perspectivas futuras, frequência e segurança da remuneração. Considera-se na possibilidade de trabalho assalariado, os direitos trabalhistas como décimo terceiro salário, férias remuneradas, seguro desemprego e garantias adicionais como plano de saúde; e ainda as sociabilidades, relações sociais vividas no trabalho e fora do trabalho, as possibilidades de lazer, as relações afetivas, o contato e o convívio social.

Assim, as rendas obtidas pela família influenciam na sucessão geracional e por consequência na reprodução social desta categoria. Nas comunidades rurais estudadas de Ponte Alta, os agricultores que obtêm maiores rendas e estão mais capitalizados possuem maiores perspectivas de sucessão geracional, e o baixo desenvolvimento econômico encontrado em alguns estabelecimentos rurais fez com que jovens com interesse de permanecer no campo migrassem para a cidade em busca de trabalho e renda.

No entanto, a sucessão geracional é influenciada por múltiplos fatores, ocorrendo estabelecimentos mais desenvolvidos economicamente que não possuem sucessão, devido, por exemplo, a existência de relações conflituosas entre as gerações, ou mesmo, a vontade de realizar projetos na cidade. Os jovens das comunidades acreditam que os seus parentes ou conhecidos que migraram para a cidade melhoraram de vida, o que contribui como um fator motivador para a saída do campo. Isto ocorre, segundo Strapasolas (2004, p. 259), devido a troca de informações e experiências daqueles que passam a residir na cidade que “introduzem novas representações, conceitos e expectativas no horizonte dos jovens, colocando para muitos deles, em primeiro plano, a vontade (e, para muitos, a necessidade) de realizar projetos de vida na cidade.”

Mesmo a sucessão geracional influenciada por diversos fatores, a renda é um fator importante na constituição de uma nova geração de agricultores. Isto foi verificado quando perguntou-se aos pais, se as condições de renda e produção melhorassem os filhos permaneceriam no campo, quase a totalidade, sem hesitar, respondeu afirmativamente.

A possibilidade de permanecer no campo será vista pelo sucessor como uma possibilidade entre as demais que surgem ou poderão surgir. As rendas obtidas pela família são fundamentais para que a continuidade da agricultura familiar possa ser considerada uma opção pelo sucessor.

Inseridos em um contexto de dificuldades de produção agropecuária e com a percepção que morar e trabalhar na cidade é valorizado culturalmente, os jovens estabelecem cenários idealizados sobre suas perspectivas de futuro no campo e na cidade. Na idealização de cenários, os sucessores não são portadores de todas as informações relevantes para análise e nem poderão antecipar e avaliar os desdobramentos das possíveis decisões, no entanto, estes cenários acabam sendo motivadores na tomada de decisão dos jovens rurais. Pelo contexto no qual estão inseridos, podem subestimar a realidade vivida e superestimar o cenário que considera a migração, o que pode contribuir para o deslocamento a cidade.

O desenvolvimento urbano e industrial brasileiro, ocorrido especialmente nos últimos sessenta anos, levou à concentração da

produção e da população no espaço urbano, criando novas formas individuais de produção e apropriação da riqueza. Além disto, na cidade estão concentradas as possibilidades de acesso ao ensino, aos serviços de saúde e as opções de lazer e entretenimento. Esta condição vivida pela sociedade, faz com que as condições estabelecidas na cidade e as relações entre o urbano e rural atuem como atrativos para os jovens rurais. Nas comunidades estudadas, alguns pais relataram que mesmo que as condições econômicas viessem a melhorar os filhos não retornariam ao campo, pois já “acostumaram com a cidade”, ou, preferem a vida urbana.<sup>51</sup>

A decisão e a ação do jovem rural sobre seu futuro no campo ou na cidade dependerão de seus interesses e propósitos, que serão influenciados pelas necessidades naturais ou criadas, a partir de suas demandas materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas. Serão influenciadas pelo espaço geográfico e pelas condições que ele impõe, pelas relações sócio-espaciais e pelas condições objetivas vivenciadas pelo indivíduo no cotidiano. Além disto, contarão com o estabelecimento de cenários idealizados constituindo um fator motivador para a ação.

Assim, as decisões e ações buscando atender expectativas econômicas como renda, consumo e capitalização, não obedecerão aos caminhos da maximização econômica, mas estarão em grande medida relacionadas com os possíveis ganhos econômicos, e também contarão com uma parcela de desejo por determinadas condições de trabalho, sociabilidade, posição social, autonomia e realização profissional.

### **3.6 A ausência de sucessão geracional na agricultura familiar: um novo significado para o espaço rural?**

A pesquisa demonstrou a baixa permanência dos filhos dos agricultores, cabendo analisar a inexistência de sucessores no

---

<sup>51</sup> Mariza, 58 anos “Motivamos eles, fazemos um convite, mas eles querem mais movimento.”

estabelecimento em um determinado período, não como um momento definitivo da unidade familiar, mas podendo ser uma condição temporária. Entretanto, é possível perceber que em uma parcela dos estabelecimentos rurais nenhum filho assumirá o comando da unidade familiar.

Com base nesta perspectiva, alguns agricultores já começam a planejar o futuro do estabelecimento sem os filhos. Com a ausência dos jovens e o envelhecimento da população rural, os agricultores vêm substituindo as atividades agropecuárias, com objetivo de reduzir a quantidade de trabalho. As primeiras áreas a serem substituídas são as de lavoura por pastagem, e áreas mais declivosas, de difícil acesso, vão sendo ocupadas por Pinus ou Eucalipto, atividades estas que demandam menos trabalho.

Quando questionados sobre o fato de nenhum dos filhos desejar permanecer no campo, os agricultores apontam perspectivas futuras, que em geral, são compostas pela destinação do estabelecimento, para o plantio de reflorestamentos, percebendo que a não permanência dos jovens nas atividades rurais influenciará na expansão das áreas de silvicultura, conforme pode ser verificado nos depoimentos:

“Se o pessoal não ficar no sítio vai virar tudo em madeira. O povo já está enchendo de madeira.” Tadeu, 60 anos

“Ficaria na terra, talvez plantaria pinus ou outra coisa.” Roberto, 40 anos

“Arrendaria para reflorestamento e iria para a cidade. Não é só eu, é a maioria.” Orli, 60 anos.

Por necessitar de trabalho apenas nas fases iniciais de implantação, por não precisar da atenção diária, como ocorre na bovinocultura por exemplo, e por gerar uma renda significativa a longo prazo<sup>52</sup>, a silvicultura é entendida como uma alternativa frente a não permanência dos filhos no campo, e também pode se tornar uma forma

---

<sup>52</sup> EMBRAPA (2005) estima que a receita total da venda da madeira para serrarias, no caso do Pinus, é de R\$ 15.451,00/ha, considerando os desbastes aos 8 e 12 anos e o corte final com 21 anos. Para o Eucalipto, a EMBRAPA (2003) estima que a receita total da venda da madeira para um período de 7 anos é de R\$ 7.400,00/ha.

de manutenção do patrimônio e investimento para os filhos, conforme afirma Ernani, 54 anos:

“Ficar eles ficam, pretendem reflorestar. Já passei terreno para ele, para influenciar ele. Talvez não para morar. O filho talvez possa ficar, quando ele se aposentar e garantir renda.”

Assim, os reflorestamentos se tornam uma possibilidade de uso produtivo da terra, por uma população envelhecida, contribuindo para a manutenção das antigas gerações no campo. Ao mesmo tempo, o estabelecimento rural é percebido com outro significado pelas as próximas gerações, que não vislumbram na terra sua principal fonte de renda familiar e sim um investimento, que possibilita mantê-lo (patrimônio da família e local de origem) de forma produtiva, sem necessidade de residir no espaço rural.

O rural poderá passar do espaço de vida, produção e sociabilidade, no qual vivem os responsáveis pelo estabelecimento na atualidade, recebendo o sentido de espaço de lazer e refúgio da vida urbana, com função de preservação da memória da infância e juventude, manutenção do patrimônio familiar e investimento para uma parcela dos filhos de agricultores.

### **3.7 As implicações da ausência de sucessão geracional da agricultura familiar para o município de Ponte Alta**

Como visto até então, a ausência de sucessão é um fato concreto em uma parcela das propriedades. Este contexto pode se agravar, caso a situação geral não se altere, seja pela ampliação de oportunidades econômicas, incentivos e auxílios do poder público, entre outras, a fuga do jovem do campo pode até vir a se aprofundar ainda mais.

Sabe-se que o processo de sucessão geracional é de fundamental importância para a família envolvida, mas também para a sociedade como um todo, pois sua não ocorrência afeta, segundo Brumer (2007, p. 42), “o tecido social e a aparência das áreas rurais,

assim como a estrutura do setor agrícola.” Cazella (2003, p 30) destaca que as diferentes formas de agricultura praticadas revelam-se fundamentais para a manutenção de um tecido social rural, e evidencia a importância econômica da agricultura e dos benefícios previdenciários rurais nos pequenos municípios.

A população rural e as relações sócio-espaciais que estes estabelecem, compõem e ao mesmo tempo mantêm o tecido social, o que para Abramovay (2000, p. 384) é “uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações”. As dificuldades na sucessão geracional da agricultura familiar levaram à redução do número de pessoas residindo no campo e ao envelhecimento da população rural, podendo influenciar a produção de alimentos e a geração de trabalho e renda. Além disso, colocam em risco as relações políticas estabelecidas, nas quais as comunidades rurais funcionam como unidades de organização e fomentam a atenção do poder público local para as causas do rural, e também, a cultura, festividades típicas e a religiosidade.

A paisagem das comunidades se transformará com a ampliação das áreas de silvicultura, a qual avançará especialmente em áreas mais declivosas, em um primeiro momento, podendo avançar para o campo e lavoura. Essa alteração apenas reflete as mudanças no contexto comunitário, pois o desenvolvimento de novas atividades produtivas requer mais que produzir determinados itens, há um “contexto no qual é necessário estabelecer uma série de novas conexões e encaixes, criando novas redes locais ou reconfigurando as já existentes.” (FERT NETO e GUIVANT, 2005, p.161),

Assim, o panorama das comunidades estudadas apresenta perspectivas de ampliação do abandono do campo pelas populações jovens, o envelhecimento da população rural, a substituição de áreas de produção de alimentos, pelas áreas de silvicultura, mas também o estabelecimento de novas gerações de agricultores em uma parcela dos estabelecimentos rurais.

Neste contexto, faz-se necessário refletir sobre os possíveis esforços do poder público e da sociedade civil, no sentido de criar as condições favoráveis para que os jovens rurais possam optar pelo campo

não como uma fatalidade, mas sim como possibilidade profissional e pessoal.

Alguns autores têm apresentado enfoques buscando entender quais mudanças e ações são necessárias para o desenvolvimento e inserção econômica das unidades de produção, com vistas à reprodução da agricultura familiar. Destacam-se aqueles que defendem as atividades não-agrícolas e a pluriatividade como forma de viabilizar a permanência dos agricultores, e outros que sustentam o aprimoramento da produção agropecuária e a criação de mecanismos que possibilitem a inserção nos mercados.

Analisando os diferentes enfoques sobre o “lugar” da agricultura familiar no Brasil, Wilkinson (2000), divide em três: o da Reforma Agrária e os Estudos sobre a Produção Familiar, o da Pluriatividade e o Rural não-agrícola e o enfoque Agroindustrial. Para o autor, o primeiro contextualiza a reforma agrária dentro da posição histórica e o potencial da produção familiar; o segundo destaca a importância da pluriatividade e das atividades não-agrícolas no meio rural; o terceiro focaliza, na ruptura no modelo de integração agroindustrial com a produção familiar, o que exige formas autônomas de re-inserção agrícola e agroindustrial.

Wilkinson (2000), defendendo o ponto de vista da corrente agroindustrial, apresenta três estratégias para a produção familiar: ação coletiva para aumentar a escala na produção agrícola e/ou baixar custos na logística para manter a competitividade nos principais mercados de commodities; persistência de mercados locais e regionais, onde as vantagens de proximidade garantem maior competitividade; e a pluriatividade, que abre muitas oportunidades para uma inserção nos novos mercados onde a qualidade é fortemente associada à produção em forma artesanal e à atividade familiar.

Na perspectiva da pluriatividade Graziano da Silva (1997, p. 69) defende a criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais considerando “a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia, e ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda.”



Entende-se que as perspectivas apresentadas não são contraditórias, mas sim complementares, pois para minimizar os efeitos ou reverter este quadro diversas ações serão necessárias, como a criação de ocupações não-agrícolas no espaço rural, a agregação de valor aos produtos agropecuários através da abertura de pequenas agroindústrias, o aprimoramento da comercialização dos produtos, e ainda, a participação nos possíveis mercados institucionais, são ações que podem contribuir neste sentido.

A economia de Ponte Alta está bastante ligada às atividades desenvolvidas no espaço rural, que gera a maioria das ocupações do município. A maior parte dos estabelecimentos agropecuários são geridos por agricultores familiares, e a ausência de sucessão geracional afetará a dinâmica sócio-espacial e econômica do município. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), implementado pela CONAB, em parceria do governo estadual e municipal, tem apresentado resultados significativos para reversão deste quadro. Os efeitos diretos são o fomento das atividades agrícolas e a garantia de renda mínima para as famílias, e indiretamente a percepção de alguns agricultores da possibilidade de atender o mercado local.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da análise da categoria agricultura familiar, no contexto histórico brasileiro, percebendo que, a partir de 1990 esta é inserida nos projetos de desenvolvimento e nos estudos das Ciências Sociais e Rurais. Neste momento, a agricultura familiar começa a ser evidenciada nas políticas públicas e defendida, por algumas abordagens, como uma peça fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

As políticas públicas que surgem são orientadas no sentido de fortalecer a agricultura familiar e com objetivo de minimizar o processo de êxodo rural ocorrido com o desenvolvimento urbano e industrial brasileiro. No entanto, mesmo com a criação e ampliação das políticas públicas, diversos estudos tem verificado limitações ao desenvolvimento e reprodução da agricultura familiar no Brasil.

No desenvolvimento deste trabalho, verificou-se diversas bibliografias que apresentam que o principal problema na criação de uma nova geração de agricultores familiares, a falta de perspectivas econômicas no campo. A partir disto, buscou-se a compreensão de como as rendas obtidas e as perspectivas econômicas influenciam na sucessão geracional da agricultura familiar, questionando em que medida estas se relacionam. Para compreensão deste tema, procurou-se entender com que motivação, de que forma e com que finalidade os indivíduos decidem e tem ações buscando atender expectativas econômicas, que se traduzem em conquista de renda, consumo e capitalização.

Desenvolveu-se uma pesquisa de campo nas comunidades rurais de Ponte Altinha, Cerro Verde I e II, do município de Ponte Alta, inserido na Serra Catarinense, região esta, caracterizada pelo predomínio de pastagens naturais e reflorestamentos de espécies arbóreas exóticas, e por parcelas dispersas e menos extensas de áreas de lavouras temporárias e permanentes (especialmente a maçã).

As unidades de produção da agricultura familiar possuem rendas agrícolas e outras rendas, obtidas a partir de aposentadorias e atividades não-agrícolas. As atividades agropecuárias consideradas mais rentáveis foram à bovinocultura de corte e o plantio de feijão e moranga.

A criação de gado é a principal atividade para a maioria e possui um papel importante na economia dos agricultores familiares, devido a sua liquidez e pela possibilidade de torna-se investimento.

As atividades econômicas desenvolvidas nos estabelecimentos rurais viabilizaram a aquisição de equipamentos do lar, de comunicação e informação que oferecem razoáveis condições de vida, mas não possibilitaram às famílias acumular capital produtivo, com exceção de algumas, que tiveram na última década pequenas capitalizações através da aquisição de bens como máquinas, implementos, terras e especialmente animais.

Os jovens que residem e trabalham nos estabelecimentos concordam com a maneira que é administrada, afirmando que tem espaço para opinar sobre a gestão e o futuro do estabelecimento. Eles auxiliam no trabalho, são remunerados sempre que solicitam aos pais e acreditam que a renda obtida hoje é suficiente para manter a família e pode levar à capitalização, entretanto metade deles entende que as oportunidades são melhores na cidade. Sobre o futuro dos estabelecimentos, a maioria (77,8%) acredita que alguém ficará.

Quanto à sucessão geracional, verificou-se um significativo abandono do campo por parte dos filhos dos agricultores, dos quais 28,4% residem nos estabelecimentos rurais. Quanto às perspectivas de sucessão, dos que permanecem nas comunidades metade é menor de 14 anos, e dos demais cerca de dois terços desejam ser agricultor.

Sobre as motivações para a saída dos jovens do campo, os pais acreditam que os principais fatores são trabalho e renda, e para os filhos somam-se as possibilidades de lazer e a harmonia da relação entre gerações. Os pais motivam os filhos a morar no campo com objetivo de mantê-los próximos de casa, preservá-los da violência urbana e dar continuidade ao patrimônio da família.

Dos filhos que saíram do estabelecimento, 6,6% são agricultores e os demais trabalham e residem na cidade, quase a totalidade, em municípios de Santa Catarina. Os casos estudados demonstraram que os principais destinos dos filhos são o perímetro urbano de Ponte Alta (17,8%), Jaraguá do Sul (15,6%) e Correia Pinto

(11,1%). Mesmo morando na cidade a maioria dos filhos mantém um intercâmbio bastante frequente com a família, devido a proximidade geográfica (no caso de Ponte Alta e Correia Pinto, por exemplo), e pela rede de familiares e conhecidos (que residem em Jaraguá do Sul).

As famílias não possuem estratégia definida caso nenhum filho queira ficar no estabelecimento e encaram isto de maneiras distintas, alguns vêem esta situação como uma fatalidade e outros encaram com naturalidade. Quanto às possibilidades de sucessão, 50% dos pais acreditam que tem filhos que desejam permanecer no campo, enquanto 36% reconhecem que ninguém ficará. Nos estabelecimentos onde existem filhos residentes, 22% desses acreditam que ninguém ficará, demonstrando que mesmo naqueles onde existem jovens rurais na atualidade, há possibilidade de não ocorrer sucessão. Estes dados apontam para ausência de sucessão geracional e uma parcela dos estabelecimentos, comprometendo a não reprodução da agricultura familiar em Ponte Alta.

Com a ausência das possibilidades de sucessão, os pais planejam o futuro do estabelecimento sem os filhos. Os responsáveis pelos estabelecimentos apresentaram perspectivas futuras, em geral, compostas pela destinação da terra para silvicultura, especialmente pinus e eucalipto. Esta medida é motivada pela menor necessidade de trabalho e por gerar renda significativa em longo prazo, podendo ser uma atividade desenvolvida pela população mais envelhecida. Ao mesmo tempo, as novas gerações vêem na silvicultura possibilidade de manter a terra como patrimônio da família de forma produtiva, sem a necessidade de residir no espaço rural.

Com base no estudo de caso realizado e nas bibliografias consultadas, acredita-se que a renda obtida influencia na sucessão geracional e por conseqüência na reprodução social da agricultura familiar. Entretanto, estabelecimentos mais desenvolvidos economicamente podem não possuir sucessão devido a diversos fatores, como as relações entre gerações, o desejo dos sucessores em realizar projeto de vida na cidade, as oportunidades de trabalho e renda que poderão surgir, entre outros, demonstrando que a sucessão geracional é influenciada por múltiplos fatores, sendo a renda obtida pela família um dos principais.

Entende-se que a decisão e a ação do jovem rural sobre seu futuro dependerá de seus interesses e propósitos; estes serão influenciados pelas necessidades naturais ou criadas a partir de suas demandas materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas. O espaço geográfico também influenciará pelas condições que ele impõe ao jovem, pelas relações sócio-espaciais e pelas relações vivenciadas pelo indivíduo no cotidiano. Além disto, contará com o estabelecimento de cenários idealizados, constituindo um fator motivador para a ação.

Assim, as decisões e ações buscando atender expectativas econômicas não obedecerão aos caminhos da maximização econômica, estarão em grande medida relacionadas com os possíveis ganhos econômicos, como também contarão com o desejo por determinadas condições de trabalho, sociabilidade, posição social, autonomia e realização profissional.

Por fim, o panorama das comunidades apresenta perspectivas de ampliação do abandono do campo pelas populações jovens, o envelhecimento da população rural, a substituição de áreas de produção de alimentos pelas áreas de silvicultura e a reprodução geracional de uma parte das unidades de produção familiar. Estas mudanças podem levar à diminuição da atividade econômica do município, redução da densidade demográfica no rural, transformação da paisagem e alterações no tecido social rural.

Entende-se que para minimizar os efeitos ou reverter este quadro diversas ações são necessárias, como a criação de ocupações não-agrícolas no espaço rural, a agregação de valor aos produtos agropecuários através do desenvolvimento de pequenas agroindústrias, o aprimoramento da comercialização dos produtos e a participação nos mercados institucionais. Estes esforços, se movidos pelo poder público e pela sociedade civil, podem levar à criação das condições favoráveis para que os jovens rurais tenham a possibilidade optar pela permanência no campo não como uma fatalidade, mas sim como o projeto de sua vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. IN: PERALVA, A.; SPOSITO, M. (org.) **Juventude e Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, n.5/6, São Paulo: ANPED,25-36.
- ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios**. Unesco: Brasília.1998. p.104.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Vol. 29, no 1, jan/ago 1999.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. IN: **Economia Aplicada**. Vol. IV. n° 2. abril/junho. 2000. p. 379-397.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimdo a família rural. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: 1986, v.1, n.1, p.66-83.
- ALMEIDA, D. B. **Sociedade anônima no Código Civil de 2002 e na Lei N. 6.404/76**. Disponível em: < [http://www.franca.unesp.br/artigos/Di\\_genes.pdf](http://www.franca.unesp.br/artigos/Di_genes.pdf)>. Acesso em: janeiro de 2011.
- ALTMANN, R. (Coord). **Perspectivas para a Agricultura Familiar: horizonte 2010**. ICEPA: Florianópolis, 2003, p.122.
- BADALOTTI, R. M. *et. al.* **REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E JUVENTUDE RURAL NO OESTE CATARINENSE**. IN: VII Reunião de Antropologia do Mercosul. UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2007.
- BLOEMER, N. M. S. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages**. Cidade Futura: Florianópolis, 2000, p. 300.

BONNAL, P; ZIMMERMANN, S. A. Agricultura familiar brasileira entre identidade(s) e democracia. **Artigos Mensais OPPA**, n° 21 junho. 2008.

BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambiente & Sociedade**, Vol. VIII n° .1 jan/jun. 2005.

BRASIL. Lei n° 11.326, 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)> Acesso em: janeiro de 2009.

BRUMER, A. *et. al.* A exploração familiar no Brasil. IN: LAMARCHE, H. (org). **A agricultura familiar: comparação internacional**. V.1. Uma realidade multiforme. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 179-234.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. (Org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira Estudos da População**, Brasília, n. 15, p. 45-65, 1998.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n° 8. CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. IN: DASILVA, F.C.T; SANTOS, R. COSTA, L.F.C (org). **Mundo rural e Política**. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998.

CASTRO, E. G. "Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. In: **VII Congresso Latinoamericano de**



**Sociologia Rural**, 2006, Quito. Memória del VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural, 2006.

CAZELLA, A. A. A multifuncionalidade agrícola numa zona rural “desfavorecida”: um estudo de caso na região serrana catarinense. IN:

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 28-44.

CERON, A. O; GERARDI, L. H. de O. *Geografia Agrária e Metodologia de Pesquisa*. IN: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 2, n. 3, Uberlândia. p. 04-16, fev., 2007.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. IN: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 7. ed. p. 15-48, 2005.

COSTA, L. **O continente das Lagens:** sua história e influência no sertão de terra firme. FCC: Florianópolis, 1982.

DA SILVA, O. H. Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 12, p. 161-167, jun. 1999.

DURSTON, J. Juventude Rural, Modernidade e Democracia: Desafio para os Noventa. In: **Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latinoamericano**. Série Documentos Temáticos. RS. Brasil. Junho 1994.

EMBRAPA. **Cultivo de Pinus**. Brasília: Versão Eletrônica, nov/2005. Disponível:<<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Pinus/CultivodoPinus/index.htm>>. Acesso em: dezembro de 2010.

EMBRAPA. **Cultivo do Eucalipto**. Brasília: Versão Eletrônica, ago/2003. Disponível: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Eucalipto/CultivodoEucalipto/index.htm>>. Acesso em: dezembro de 2010.

FERREIRA, A.D.D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n 18, CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. p 28-46.

FERT NETO, J. **O Clientelismo nas Relações de Trabalho Capitalistas**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFRGS, 1993. 287p.

FERT NETO, J; GUIVANT, J. S. Conflitos ambientais na formação da rede sócio-técnica: O caso da piscicultura orgânica. IN: GUIVANT, J. S; SCHEIBE, L. F; ASSMANN, S. J. (org.) **Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural**. Florianópolis : Insular. p. 161-194, 2005.

GASSON, R; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford, Cab International. Londres, 1993.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: O problema da imersão. IN: **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J; DEL GROSSI, M; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília v.19, n.1, p.37-67, jan/abr. 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. IN: **Nova Economia**, n 18, CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. p 28-46.

JULGMANN, R. Apresentação. In: **O Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil Redescoberto**. INCRA-FAO, Brasília: 2000, p. 2.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: janeiro, 2009.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: janeiro, 2010.

**IBGE. Produção da Pecuária Municipal 2008.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: janeiro, 2010.

**IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2008.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: janeiro, 2010.

**IBGE. Produção Agrícola Municipal.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: janeiro, 2010.

**IBGE. Cadastro Central de Empresas.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: novembro, 2010.

**IBGE. Censo 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: dezembro, 2010.

**ICEPA. Levantamento Agropecuário de Santa Catarina 2002/2003:** Dados preliminares. Florianópolis: 2005.

**INCRA-FAO. O Novo retrato da agricultura familiar:** o Brasil Redescoberto. Brasília: 2000, p. 74.

**GUILHOTO, J. J. M. et. al. Agricultura familiar na economia:** Brasil e Rio Grande do Sul. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 44 p.

**LAMARCHE, H. (Coord.) A agricultura familiar:** comparação internacional. Campinas: Unicamp, 1998.

**LAMARCHE, H. (Coord.) A agricultura familiar:** comparação internacional. V. 2. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. p. 271-302.

**LOPES, E. V. G. Sociedade por quotas de responsabilidade limitada:** Um estudo a partir da doutrina de Rubens Requião. Disponível em: <[http://www.franca.unesp.br/artigos/Eric\\_Lopes.pdf](http://www.franca.unesp.br/artigos/Eric_Lopes.pdf)>. Acesso em: janeiro de 2011.

- MARIN, M. Z; CORREA, W.K. A pluriatividade em unidades de produção agrícola familiar na Quarta Colônia de Imigração Italiana – RS. In: **Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. 2 ed. 2005, Presidente Prudente.
- MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981. 2 ed.
- MARTINS, G. A. Metodologias convencionais e não-convencionais e a pesquisa em administração. In: **Cadernos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: 2º Sem/1994, v.0, n.0, p.1-6.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. 2, Ed. 9. Difel: São Paulo, 1984.
- MELLO, de. M. A. *et. al.* Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura São Paulo**, São Paulo, n 50, p. 11-24, 2003.
- NEVES, D.P. Agricultura Familiar: Quantos Acoradouros!. In: FERNANDES, B. M; MARQUES, M.I.M; SUZUKI, J.C. **Geografia Agrária: teoria e poder**. Expressão Popular: São Paulo, 2007, p. 211-270.
- PEIXER, Z. I. **A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages**. Editora Uniplac: Lages, 2002.
- PRADO JUNIOR, C. **Questão Agrária no Brasil**. Ed. 4. Brasilense: São Paulo, 1987, 188 p.
- ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. IN: PINTO, Céli Regina Jardim. GUAZZELLI, Cesar A. Barcellos (Org). **Ciências humanas: Pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 9-24, 2008.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. Ed 3. Hucitec: São Paulo, 1999, 308p.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 96 p.

SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. ed. 9. Record: Rio de Janeiro, 2001.

SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 295.

SILVESTRO, M. *et al.* **Os impasses sócias para da sucessão hereditária**. NEAD: Brasília, 2001.

SPANVELLO, R.M; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. **In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. XLV ed. 2007, Londrina.

STROPASOLAS, V.L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **IN: Estudos Feministas**, Florianópolis, n.12, p. 253-267, jan-abr. 2004.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social** Revista de Sociologia da USP, v. 16, n. 2, São Paulo, p 7-34.

WILKINSON, J. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. **IN: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, n<sup>o</sup>. 3, jul/set, 2000.

## APÊNDICE A: Questionário aplicado ao responsável pelo estabelecimento

Coordenadas:

Latitude \_\_\_\_\_ Longitude \_\_\_\_\_

### PARTE 1: Família

1. Identificação do responsável pelas informações.

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) Masc ( ) Fem

(AN) Analfabeto, (FI) Fundamental Incompleto, (FC) Fundamental Completo, (MI) Médio Incompleto, (MC) Médio Completo, (ET) Ensino Técnico (SI) Superior Incompleto, (SC) Superior Completo, (PG) Pós-graduação.

2. *Constituição Familiar*: Quem compõe a sua família? Quem reside na propriedade? Tem algum filho que não reside na propriedade?

N	Sexo	Idade	Escolaridade	Parentesco	Ocupação	Residente
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						

Luz Elétrica: ( ) Sim / ( ) Não

### 3. Consumo Doméstico

	Geladeira		Forno Elétrico		Refrigerador
	Chuveiro Elétrico		Máquina de Lavar		Microondas
	Fogão a gás		Computador		

### 4. Informação e Comunicação:

	Telefone Fixo		Rádio		Celular
	Internet		Televisão		

## PARTE 2: Estrutura Produtiva

5. Tamanho da Propriedade: \_\_\_\_ (ha) - Ano da ocupação da área: \_\_\_\_

6. Produção Agrícola: O que produz na propriedade? Para que destina esta produção: (C) Consumo e/ou (V) Venda.

1		2		3	
4		5		6	
7		8		9	
0		1		2	

Desses quais são os mais rentáveis? No máximo 3 marcados com (\*).

7. Comercialização Agrícola: Quem compra seus produtos?  
(Relacionado Quadro Acima)

1		2		3	
4		5		6	
7		8		9	
0		1		2	

8. Quais as principais dificuldades relativos à renda?

- Produzir
- Falta de recurso para investir
- Custo dos Insumos
- Vender os produtos
- Problemas Climáticos
- Falta de mão-de-obra
- Falta de máquinas
- \_\_\_\_\_

9. A família possui outras rendas, além da produção agrícola?

<input type="checkbox"/>	Aposentadoria	<input type="checkbox"/>	Prestação de Serviço	<input type="checkbox"/>	Assalar.Rural
<input type="checkbox"/>	Assalariamento Urbano	<input type="checkbox"/>	Assalar. Público	<input type="checkbox"/>	Agroindústria
<input type="checkbox"/>	Comércio	<input type="checkbox"/>	Turismo	<input type="checkbox"/>	

10.1 Esclarece renda não-agrícola. Qual a importância da renda não-agrícola na renda total familiar?

- A maior parte da renda é não-agrícola
- Cerca de metade da renda é não-agrícola
- A renda não-agrícola é um complemento a renda da família.
- Não tem renda não-agrícola.

10.2 Qual a importância da aposentadoria na renda familiar?

- A maior parte da renda é da aposentaria
- Cerca de metade da renda é da aposentaria
- A aposentadoria é um complemento a renda da família.
- Não tem renda proveniente da aposentadoria.

11. Máquinas

<input type="checkbox"/>	Trabalho Manual	<input type="checkbox"/>	Tração Animal	<input type="checkbox"/>	Micro-trator (Tobata)
<input type="checkbox"/>	Trator*	<input type="checkbox"/>	Trator Prefeitura	<input type="checkbox"/>	Trator Associação

\* Ano e potência. \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_



## 12. Implementos

	Arado		Grade		Pulverizador
	Rocadeira Mecânica		Semeadeira		Colhedoura
	Prefeitura				

## 13. Benfeitorias: (O que? Material? Área?)


## 14. Mobilidade/Produção

	Moto		Carro		Caminonete (até 4 t)
	Caminhão				

## PARTE 3: Sucessão geracional

15. Tem filhos que pretendem ficar no campo?

Sim       Não       Indefinido

OBS: \_\_\_\_\_

15.1 O que influencia a saída dos jovens do campo?

Estudar       Trabalhar       Outros

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16. O Sr.(a) incentiva seus filhos a permanecerem no campo?

Sim     Não     Não interfere/opina

16.1. Porque Motivo?

---

---

17. O Sr.(a) já sabe quem ficará na propriedade?

- Já se sabe que ficará
- Alguém ficará, mas ainda não se sabe quem
- Provavelmente ninguém ficará
- Ninguém ficará

18. O que pode contribuir para o campo tornar-se um atrativo para os jovens permanecerem?

---

---

---

---

---

---

19. O que faria se nenhum de seus filhos desejasse permanecer na terra?

---

---

---

---

---

20. Se as condições econômicas (renda, produção... etc.) melhorassem você acredita que seus filhos permaneceriam no campo?

---

---

---

---

---

## APÊNDICE B: Questionário aplicado aos candidatos a sucessão

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: (\_\_\_\_) Idade: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_ Residente: \_\_\_\_\_

1. Você participa das decisões na propriedade?

( ) Sou eu que administro a propriedade

( ) Tenho espaço para colocar minha vontade e elas são levadas em consideração

( ) Tenho espaço para colocar minha vontade e pouco interfere na decisão

( ) Não costumo opinar sobre o futuro da propriedade

1.1 Você concorda com a forma que a propriedade rural é administrada por seus pais? E com os novos investimentos? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

1.2 Diante de uma sugestão ou uma idéia nova sua, como seus pais reagem? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2. Você contribui/trabalha na propriedade?

( ) Sim ( ) Não

\_\_\_\_\_

2.1 Se sim, qual é seu papel na propriedade? O que você faz?

\_\_\_\_\_

2.2 Se sim, recebe algo em troca, seu trabalho é remunerado?

( ) Recebe algo pelo trabalho com frequência

( ) Recebe algo pelo trabalho de tempos em tempos

( ) Quando precisa de dinheiro faz o pedido aos pais

( ) Recebe algo somente quando sobra dinheiro

( ) Não recebe pelo trabalho desenvolvido

2.3 Nesta condição (Repetir a alternativa escolhida pelo entrevistado), o que você faz quando deseja consumir algo?

---

---

---

---

3. Se tivesse recursos/dinheiro disponível onde investiria

- Compraria Terra
- Investiria na agropecuária (Compraria Gado por exemplo)
- Bens urbanos
- Investimento pessoal
- Investiria em estudo
- Outra atividade na propriedade
- Outra atividade fora da propriedade

4. Algum dos filhos pretende ficar na propriedade? Quem ficará na propriedade dos pais?

- Já se sabe que ficará
- Alguém ficará, mas ainda não se sabe quem
- Provavelmente ninguém ficará
- Ninguém ficará

5. Quanto às atividades econômicas na propriedade, você acredita que a renda obtida é suficiente para manter a família?

---

---

---

---

5.1 A produção e renda obtida hoje poderiam levar a família a comprar mais bens? (terra, gado, aparelhos para casa como computador)

---

---

---

---

6. Já saiu da propriedade para trabalhar na cidade?

Sim  Não

7. Se sim, qual a experiências que teve? Se não, porque não saiu?

---

---

---

---

8. Quanto à possibilidade de trabalho na cidade. Você acredita que para você:

- Existem boas oportunidades  
 Existem oportunidades, mas melhores que no campo  
 Existem oportunidades, mas o campo é melhor  
 Não existem oportunidades

9. Os conhecidos seus que foram para a cidade, hoje eles estão:

- Igual a antes  
 Melhoram de vida  
 Pioraram de vida

10. Muitos jovens saem do campo, o que você acredita que mais influência nesta decisão?

---

---

---

11. Grande parte do seu tempo você permanece na propriedade. Além da propriedade você frequenta:  Escola  Igreja  Bailes  CTG  Outros

---

---

12. Qual é sua vontade, ou o que você deseja para o futuro?

- Permanecer na propriedade rural e trabalhar na agricultura  
 Morar e trabalhar na cidade  
 Permanecer na propriedade rural e não trabalhar na agricultura  
 Morar na cidade e trabalhar na agricultura

13. Quanto a ser agricultor, você considera que.
- Desejo ser agricultor e provavelmente serei agricultor
  - Desejo ser agricultor mas vejo dificuldades em ser
  - Desejo ser agricultor mas provavelmente não serei
  - Não desejo ser agricultor

14. O que é mais importante com relação à resposta anterior?

---

---

---

---

---

15. Seus pais apóiam você a permanecer na agricultura

- Sim, apóiam bastante
- Sim, mas apóiam pouco
- Não, não apóiam

16. Existindo uma política que incentivasse os jovens rurais a permanecerem no campo, você se interessaria em participar?

- Sim
- Não
- Dependeria , do que?

---

---

---

17. Em que setor você acha que o estado/governo deveria investir mais para ajudar os jovens a permanecer no campo? Escolha duas alternativas e enumere por prioridade.

- Educação
- Infraestrutura
- Crédito para produção
- Crédito Habitacional
- Assistência Técnica para produzir
- Auxílio para os produtores comercializar
- Saúde